

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**UMA PROPOSTA DE GRADE CURRICULAR PARA O
CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO *CAMPUS CODÓ***

FRANCISCO CRISTIANO DA SILVA MACÊDO

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**UMA PROPOSTA DE GRADE CURRICULAR PARA O CURSO
TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
MARANHÃO *CAMPUS CODÓ***

FRANCISCO CRISTIANO DA SILVA MACÊDO

Sob a Orientação da Professora
Suemy Yukizaki

e Co-Orientação dos Professores
Ramofly Bicalho e Liliane Sanchez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Setembro de 2011**

004.07

M141p

T

Macêdo, Francisco Cristiano da Silva, 1973-

Uma proposta de grade curricular para o curso técnico em informática do Proeja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão campus Codó / Francisco Cristiano da Silva Macedo. - 2011.

46 f.: il.

Orientador: Suemy Yukizaki.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 46.

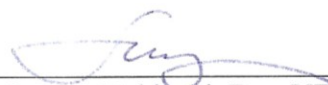
1. Informática - Estudo e ensino - Teses. 2. Ensino técnico - Teses. 3. Escolas técnicas - Currículo - Maranhão - Teses. I. Yukizaki, Suemy. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

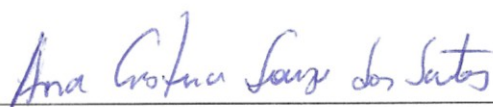
FRANCISCO CRISTIANO DA SILVA MACÊDO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/09/2011.



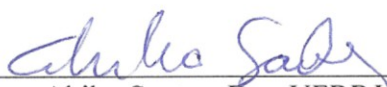
Suemy Yukizaki, Dra. UFRRJ



Ana Cristina Souza dos Santos, Dra. UFRRJ



Andréa Rosana Fetzner, Dra. UNIRIO



Akiko Santos, Dra. UFRRJ

*A Minha esposa, Evangerlandy Gomes
de Macêdo e Minhas filhas, Ana
Carolina Gomes Macêdo e Ana Maria
Gomes Macêdo, solo firme que me fez
chegar até aqui.*

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pai eterno e presente, inteligência suprema, causa de todas as coisas; A minha esposa Evangerlandy Gomes de Macêdo, por compartilhar as dificuldades, preocupações, superações e incentivo, ainda pelo amor, carinho e a atenção dedicada nessa caminhada.

Minhas filhas, Ana Carolina Gomes Macêdo e Ana Maria Gomes Macêdo, singelas crianças, cheias de amor, pureza, energia, otimismo que nos momentos mais difíceis foram a mola propulsora para prosseguir. Ainda a elas, agradeço a compreensão por minhas ausências, a falta de atenção e momentos afetivos mais intensos em consequência da realização deste trabalho.

Aos meus pais, Francisco William Macêdo e Célia Maria da Silva Macêdo, pela luta árdua e incessante para educar os filhos, que eu possa retribuir esse esforço com essa mínima prova de carinho e reconhecimento.

A minha querida professora orientadora Dra. Suemy Yukizaki, pela contribuição intelectual, incentivo, apoio, paciência, e compreensão nesta caminhada que me foram essenciais para que eu pudesse prosseguir. A você, agradeço de coração.

Aos meus professores Dr. Ramofly Bicalho e Dra. Liliane Sanchez, pelo apoio intelectual, moral, respeito, ética, e por terem abraçado esse desafio me fazendo refletir sobre os pontos cruciais desta investigação, de todo o coração agradeço imensamente.

Ao meu Professor P.h.D Gabriel de Araújo Santos, por me ensinar que o título nada mais é do que um sinal de responsabilidade e não um símbolo de hierarquia e arrogância. A você, a quem considero um exemplo, agradeço. A minha professora Dra. Sandra Barros Sanchez, pela luta incansável para transformar a educação do nosso País mediante essa iniciativa ímpar que é o Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que me oportunizou transformar um sonho em realidade. Sempre uma amiga presente, mesmo nos momentos mais difíceis, deu-me seu apoio moral e intelectual. À você professora Sandra, agradeço de coração.

Os meus mais sinceros agradecimentos a Nilson e Marize, pelo imenso apoio, eficiência, precisão e dedicação com que conduzem as atividades no PPGEA. Levo a lição de que o verdadeiro sentido de eficiência e precisão nada mais é do que o carinho e amor ao que se faz pelas pessoas. A vocês parabenizo e agradeço.

Aos amigos que constituí no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que, embora, tenham passado essa etapa, deixaram as marcas afetivas, culturais que me deixam imensa saudade. Em especial aos amigos Sebastião Costa e Ludcesar pelos momentos que vivenciamos no PPGEA.

Aos colegas professores do IFMA/Codó, Dr. Helber Veras, Dra. Daniela Inácio, Ms. José Cardoso e Ms. Antônio Sergio, pela compreensão e apoio. Ainda meus alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA, turmas de 2008, 2009 e 2010, aos quais tenho grande carinho. Ao Técnico em Informática do IFMA/Codó Francisco pela atenção com a pesquisa, amizade e apoio. Por fim, agradeço a todas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização desta obra.

RESUMO

MACÊDO, Francisco Cristiano da Silva. **Uma proposta de grade curricular para o Curso Técnico em Informática do Proeja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó**. 2011. 46f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

O tema desta dissertação surgiu a partir de uma experiência que realizei como professor responsável pelo Setor de Manutenção de Computadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão *Campus* Codó (IFMA/Codó) com alunos do Curso Técnico em Informática do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A experiência, realizada com cinco alunos da primeira turma do Curso Técnico em Informática do PROEJA, mostrou que uma articulação entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem pode superar o desestímulo dos estudantes, e evitar a repetência e a evasão escolar. Embora o Programa, instituído no âmbito federal pelo Decreto nº 5.840/2006, preveja uma articulação entre o ensino técnico e o ensino médio de forma integrada (Art. 1º, § 2º, inciso II), o currículo integrado representa, de fato, um desafio novo colocado aos docentes. Este desafio, que implica a adesão de gestores e dos professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica, no caso do *Campus* Codó do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, ainda não pôde ser enfrentado pelas razões que exponho no texto. Por este motivo, decidi aproveitar os bons resultados advindos daquela experiência na proposição de uma nova grade curricular que fosse mais adequada aos jovens e os adultos da EJA, um segmento da população que, via de regra, já traz consigo uma experiência escolar negativa. Tenho ciência de que o desenho curricular proposto é um primeiro passo na busca da formação integrada, mas se constitui um passo importante para a ressignificação das experiências dos jovens e adultos do Curso Técnico em Informática do PROEJA.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, Educação Profissional.

ABSTRACT

MACÊDO, Francisco Cristiano da Silva. **A proposed curriculum for the undergraduate in Computer PROEJA the Federal Institute of Education, Science and Technology *Campus Codó* Maranhão.** 2011. 46p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

The theme of this paper arose from an experience I realized how teacher responsible for the maintenance sector of the Federal Institute of Computer Science and Technology Education *Campus Codó* Maranhão (IFMA/Codó). With undergraduate students in Computer Science from the National Program for Integration Vocational Education in Basic Education in the Form of Youth and Adults (PROEJA). The experiment, carried out with five of the first class of undergraduate in Computer PROEJA, showed a link between theory and practice in the teaching and learning can overcome discouragement of students, and to avoid repetition and dropout. Although the program established under Federal Decree No. 5.840/2006, providing a link between technical education and secondary education in an integrated manner (Article 1, § 2, II), the integrated curriculum is indeed a challenge placed new teachers. This challenge, which requires adherence of managers and teachers responsible for general training and specific training in the case of *Campus Codó* Federal Institute of Education Science and Technology of Maranhão, still could not be met for the reasons I explain in the text. For this reason, I decided to enjoy the good results arising from that experience in proposing a new curriculum that was more suited to young people and adults in adult education, a segment of the population, as a rule, it carries a negative school experience. I am aware that the proposed curriculum design is a first step towards integrated training, but constitutes an important step toward reframing the experiences of young people and adults of the Technical Course in Computer PROEJA.

Key words: Youth and Adult Education, Secondary Education, Vocational Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - O IFMA/Codó	3
Foto 2 – Laboratório didático de informática do IFMA/Codó em junho de 2006.....	6
Foto 3 - Laboratório didático de informática do IFMA/Codó em março de 2008.....	6
Figura 1 – Matriz curricular do Curso Técnico em Informática do PROEJA iniciado em 2008	9
Foto 4 – Alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participaram da experiência no Setor de Manutenção de Computadores.....	25
Foto 5 – Aluno do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participou da experiência no Setor de Manutenção de Computadores.....	26
Foto 6 – Aluno do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participou da experiência no Setor de Manutenção de Computadores.....	26
Figura 2 – Gráfico representativo da distribuição de disciplinas ofertadas do ensino médio e técnico do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó correspondente a tabela 3 acima..	31
Figura 3 – Gráfico representativo da proposta de distribuição de disciplinas do ensino médio e técnico para o Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó correspondente a tabela 4 acima.....	34
Figura 4 - Proposta de desenho curricular para o Curso técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó. Jun/20011.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Docentes da formação geral e técnico-profissional do IFMA/Codó e respectivas titulações que trabalham no PROEJA (Abr/2010)	13
Tabela 2 - Docentes da formação geral e técnico-profissional do IFMA/Codó e respectivas titulações que trabalham no PROEJA apenas no Curso Técnico em Informática (Abr/2010). 14	
Tabela 03 – Distribuição de Disciplinas de acordo com o Desenho Curricular atual do Curso Técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó	30
Tabela 04 – Proposta de distribuição de disciplinas nos períodos letivos para o Curso Técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó	33

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara da Educação Básica
CGE	Coordenação Geral de Ensino
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IFMA/Codó	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	CAPITULO I O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO <i>CAMPUS</i> CODÓ E O CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA.....	3
1.1	Apresentando a Escola e o Curso Técnico em Informática na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	3
1.2	O Curso Técnico em Informática do PROEJA e sua Estrutura Curricular	7
1.3	O Público Atendido pelo Curso e Suas Expectativas.....	10
1.4	O Quadro e as Qualificações Docentes	11
2	CAPITULO II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3	CAPITULO III A EXPERIÊNCIA REALIZADA COM ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA NO SETOR DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES DA ESCOLA.....	22
4	CAPITULO IV UMA PROPOSTA DE GRADE CURRICULAR PARA O CURSO TECNICO EM INFORMATICA DO PROEJA	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	37
7	APÊNDICE	41
Apêndice A - Roteiro de entrevista aplicado aos alunos das turmas 2008, 2009 e 2010 do Curso Técnico em Informática do PROEJA.....		42
Apêndice B - Roteiro de entrevista aplicado aos alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA que participaram da experiência no Setor de Manutenção de Computadores.		43
Apêndice C - Roteiro de entrevista aplicado aos Professores do Curso Técnico em Informática do PROEJA		44
Apêndice D - Roteiro de entrevista aplicado ao Coordenador Geral de Ensino do IFMA/Codó.		45
Apêndice E - Roteiro de entrevista aplicado ao Diretor Geral do IFMA/Codó.		46

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como campo de estudo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, materializada no Curso Técnico em Informática do Campus Codó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Codó).

Os sujeitos desta pesquisa são os alunos das turmas do Curso técnico em Informática do PROEJA, que ingressaram em 2008, 2009 e 2010.

O cenário da pesquisa é o *Campus* Codó, uma unidade do Instituto Federal do Maranhão, subordinada ao Ministério da Educação (MEC) e vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O objetivo da pesquisa é propor uma nova grade curricular para o curso em questão como forma de melhorar a qualidade de ensino, aumentar a auto-estima dos alunos e evitar a evasão escolar.

Esta pesquisa também analisou a contribuição do Setor de Manutenção de Computadores do IFMA/Codó como um espaço de aprimoramento da relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem do Curso Técnico em Informática no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e incluiu uma abordagem qualitativa, com o objetivo de registrar as opiniões dos sujeitos investigados, sendo “a interpretação dos resultados [...] como a totalidade de uma especulação” a ser apresentada na forma de “declarações e fragmentos de entrevistas”, relacionados com o aparato teórico (TRIVIÑOS, 1987, p.128).

Do ponto de vista de seu objetivo, a pesquisa é de natureza descritiva. Para Triviños (1987, p.110):

A maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, **suas escolas, seus professores, sua educação**, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, **as reformas curriculares**, os **métodos de ensino**, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente, etc. [grifos nossos]

Para coletar os dados, primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental em fontes primárias como: documentos oficiais do Executivo e do Ministério da Educação e do próprio IFMA/Codó investigado.

As entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas como técnica de coleta de dados para se obter informações sobre as atitudes e percepções das pessoas ou grupo de pessoas, atores do processo educacional, tais como: alunos, professores que trabalham com o PROEJA do Curso de Informática, alunos convidados a participar das atividades práticas no Setor de Manutenção de Computadores, o Coordenador de Ensino e o Diretor Geral do IFMA/Codó..

De acordo com Triviños (1987, p.146), a entrevista semi-estruturada “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”:

Nossas práticas em pesquisa qualitativa nos têm ensinado que, em geral, o processo da entrevista semi-estruturada dá melhores resultados se trabalhar com diferentes grupos de pessoas (professores, alunos, orientadores educacionais, diretores, sobre as perspectivas da orientação educacional nas escolas) (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

Nas entrevistas semi-estruturadas com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó, buscou-se definir uma amostra dividindo a população de alunos em estratos, de modo que, de cada turma envolvida, foi selecionado um pequeno número de alunos. Assim, de cada turma dos alunos ingressantes em 2008, 2009 e 2010 do Curso Técnico em Informática do PROEJA, foi sorteada uma amostra de 03 alunos, somando 09 alunos como amostra final do segmento discente¹.

Com o intuito de suscitar opiniões referentes às experiências vivenciadas por eles no setor de manutenção de computadores, foram convidados 03 dos cinco alunos que participaram da experiência no setor de manutenção de computadores para serem entrevistados.

As entrevistas tiveram o propósito de conhecer as especificidades da relação entre teoria e prática no IFMA/Codó na visão dos alunos, assim como sua percepção em relação aos desafios impostos para o desenvolvimento de atividades práticas e de estágio curricular supervisionado.

Posteriormente, foram selecionados três professores a serem entrevistados, adotando-se dois critérios para a seleção: que trabalhassem no PROEJA do Curso Técnico em Informática nas três turmas 2008, 2009 e 2010; e que tivessem experiência de três anos no PROEJA na escola.

Foram convidados também para dar depoimentos o Coordenador de Ensino e o Diretor Geral do *Campus* Codó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão *Campus* Codó (o cenário da pesquisa) e o Curso Técnico em Informática do PROEJA (seu campo de estudo), incluindo uma caracterização de seus alunos e de seus professores.

No segundo capítulo buscamos fundamentar teoricamente o ensino médio integrado ao ensino técnico, e a politecnia – que representa um estágio avançado no processo de integração, tendo sido reconstituída, em linhas gerais, a história da educação profissional em nosso país. Procuramos, ainda, analisar a constituição da Educação de Jovens e Adultos como campo pedagógico, e o caráter mediador da educação por meio da *práxis* educativa relativa à Educação de Jovens e Adultos.

O terceiro capítulo relata uma experiência realizada com alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA no Setor de Manutenção de Computadores da escola, em que uma articulação entre a teoria e a prática foi tentada (e foi bem sucedida), trazendo benefícios ao processo de ensino-aprendizagem.

No quarto e último capítulo propomos uma nova grade curricular para o Curso Técnico em Informática do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão em decorrência do (bom) resultado daquela experiência, embora saibamos que ela é um primeiro passo para futuras ações pedagógicas que visem, de fato, a integração entre o ensino médio e o ensino técnico.

¹ O sorteio para as entrevistas foi realizado no dia 26 de maio de 2010, às 19h, no Cine Teatro da escola.

1 CAPÍTULO I

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO *CAMPUS* CODÓ E O CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA

1.1 Apresentando a Escola e o Curso Técnico em Informática na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão/Campus Codó (IFMA/Codó), ex-escola Agrotécnica Federal de Codó (EAF/Codó), está localizado no interior do estado do Maranhão, na cidade de Codó, no povoado Poraquê, zona rural. A cidade de Codó está aproximadamente a 370 km da cidade de São Luis, capital do estado, e a 170 km da capital do estado do Piauí, a cidade de Teresina, numa região central do estado ao sul da capital, denominada de região dos cocais maranhenses.

O IFMA/Codó é uma escola-fazenda, com 210 ha de terra, criada na década de 1990 pela Lei nº 1.923 de 28 de julho de 1993. Suas atividades foram iniciadas, precisamente, em março de 1997, oferecendo à sociedade codoense e municípios adjacentes (Caxias, Timbiras, Coroatá, Peritoró, São Mateus, Dom Pedro, Santo Antonio dos Lopes, Alto Alegre do Maranhão, Coelho Neto, Presidente Dutra, São João do Sóter e Aldeias Altas) o curso técnico em Agropecuária, correspondente à área vocacional da escola, ainda sob a égide do Parecer 45/1972, da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, do Conselho Federal de Educação, que estabelecia a educação profissional como parte diversificada da educação geral.



Foto 1 - O IFMA/Codó

A partir de 1998, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, a oferta de cursos passou a se materializar segundo o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 (BRASIL, 1996), regulamentados pelo Decreto 2.208/1997 (BRASIL, 1997).

Sob esta regulamentação, ampliaram-se e diversificaram-se as ofertas de cursos, principalmente no período que vai de 1999 a 2003. Assim, a escola federal de Codó, ainda denominada neste período de EAF/Codó, implanta o curso Técnico em Agroindústria e o curso Técnico em Informática no ano 2000, organizado de forma subsequente ao ensino médio.

Deve-se destacar que só foram abertas vagas para a primeira turma do curso de informática, pois a oferta de novas turmas não mais ocorreu pela ausência de infra-estrutura e de recursos humanos, insuficientes para desenvolver, adequadamente, o processo de continuidade e crescimento deste curso na instituição. Esse problema está relacionado à concepção privatizante e de precarização da educação (incluindo a educação profissional) do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, visto como um “retrocesso” na análise de vários estudiosos da política educacional².

Em 2004 inicia-se um processo de mudanças na educação profissional. Os atos administrativos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituíram o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), que revogou o Decreto nº 2.208/97. O Decreto nº 5.154/2004 estabeleceu uma nova forma de articulação da educação profissional com o ensino médio, agora sob um só processo formativo, denominada de forma integrada (Art. 4º, § 1º, inciso I):

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. (BRASIL, 2004)

Além do currículo integrado, iniciou-se um processo de mudanças na educação profissional, como a oferta de cursos técnicos de nível médio para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até então não existente no âmbito federal (Art. 1º e Art. 3º § 1º e § 2º):

² SIMIONATTO, Ivete. (2000). **Reforma do Estado ou modernização? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv150.htm>. Acesso em: 15 jan, 2010.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. **Cadernos de História da Educação (UFU)**, v. 1, p. 117-131, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2002.

OTRANTO, Célia Regina. **A Nova LDB da Educação Nacional**: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho3.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho. (BRASIL, 2004)

Com o advento do Decreto nº 5.478/2005, legaliza-se a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no âmbito das instituições federais de educação profissional, criando o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

No entanto, passado um ano, um novo Decreto – Decreto nº 5.840/2006 – veio revogar o anterior – Decreto nº 5.478/2005 – mantendo o mesmo propósito: instituir o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA³.

Durante esse processo de mudanças na educação profissional o governo federal investiu recursos financeiros como também permitiu a contratação de novos servidores técnicos e docentes para compor o quadro efetivo das escolas federais. Essas medidas administrativas permitiram que o IFMA/Codó pudesse melhorar sua infra-estrutura em alguns aspectos, dentre eles a reestruturação do laboratório didático de Informática entre os anos de 2007 e 2008, e pudesse abrir novos cursos, o que permitiu à escola voltar a oferecer o Curso de Técnico em Informática na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atendendo o PROEJA.

Assim, em 2008, a escola ofereceu o Curso Técnico em Informática na modalidade EJA, e, no ano seguinte, voltou a oferecer o Curso Técnico em Informática na modalidade regular, oferecendo vagas nas duas modalidades desde então, ano a ano.

³ O Decreto nº 5.840/2006 ampliou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) - antes restrito ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica pelo Decreto nº 5478/2005 - para as instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S").



Foto 2 – Laboratório didático de informática do IFMA/Codó em junho de 2006.



Foto 3 - Laboratório didático de informática do IFMA/Codó em março de 2008.

1.2

O Curso Técnico em Informática do PROEJA e sua Estrutura Curricular

O Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó abriu sua primeira turma em 2008, atendendo ao Decreto 5.840/2006, e articulado de forma integrada ao ensino médio⁴.

O seu currículo escolar, que poderia representar um desafio pedagógico por ser algo inédito, foi elaborado de uma forma tradicional, seguindo uma lógica simplista, em que as disciplinas para a formação do aluno no ensino médio se concentraram nos três primeiros semestres do curso, e as disciplinas do ensino técnico nos dois semestres restantes, tendo o curso dois anos e meio de duração.

O objetivo era o de propiciar aos alunos os conhecimentos do ensino médio inicialmente para dar suporte às disciplinas da área técnica de informática⁵. A carga horária estava distribuída da seguinte maneira: 1200 horas/aula entre as disciplinas da educação geral e a mesma carga horária para as disciplinas da área técnica. Deve-se ressaltar que o desenho curricular do curso obedeceu às *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional* (MEC/SETEC, 2000).

Para a obtenção do título de Técnico em Informática de Nível Médio, o aluno deveria cumprir todas as disciplinas do currículo, com média sete, bem como cumprir um estágio supervisionado em empresas conveniadas, com carga horária de 180h, de acordo com a Lei nº 11.788/2008 (que dispõe sobre o estágio de estudantes).

Espera-se que o Profissional Técnico em Informática formado pelo IFMA/Codó possa atuar em empresas públicas e privadas, para gerir atividades profissionais autônomas no que diz respeito à manutenção, instalação, programação e redes de computadores, e possa atuar em atividades de gestão, planejamento, projetos, tendo como competência atender de forma sistêmica às necessidades de organizações informatizadas, uma vez que ele é habilitado para tal.

Com relação à infra-estrutura para atender o curso, a escola contava, agora, com o novo laboratório de informática, recém inaugurado, e uma sala de aula convencional, ou seja, carteiras escolares e lousa. No entanto, a biblioteca ainda não dispunha de livros e/ou materiais didáticos para atender o curso, levando os professores a trabalhar com textos impressos, apostilas pré-elaboradas, e outros materiais semelhantes⁶.

Embora o texto do Decreto nº 5.840/2006 estabelecesse que os cursos e programas do Proeja pudessem se articular ao ensino médio de forma integrada, e que deveriam ser oferecidos a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único (Art.1º), pode-se afirmar que, de maneira geral, as múltiplas interpretações sobre o que seja a integração não permitem que os gestores e os docentes destes cursos cheguem a um acordo, e acabem se contentando com soluções simplistas.

No que diz respeito ao Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó podemos assumir que isto ocorreu. Como informado anteriormente, a diretriz que orientou a elaboração da grade curricular foi o de propiciar aos alunos os conhecimentos do ensino

⁴ Eneida Shiroma e Domingos Leite Lima Filho destacam que vários estudiosos analisam a proposta do currículo integrado problematizando sua implementação numa sociedade de classes como a brasileira. Mencionam, ainda, que os próprios professores avaliam que dificuldades do tipo: interpretações diversas sobre o que seja a integração; e falta de formação e de tempo dos docentes para se encontrarem e discuti-la se apresentam para a integração da educação profissional com a educação básica. (Shiroma e Lima Filho, 2011, p.732-732)

⁵ O que não evitou o questionamento por parte dos alunos, na terceira semana de aulas, da oferta de apenas uma disciplina na área técnica.

⁶ No que se refere às condições do trabalho docente, Eneida Shiroma e Domingos Leite Lima Filho (2011) revelam que “docentes da educação profissional reportam-se à precariedade das condições contratuais, institucionais, de trabalho e a inexistência de concursos públicos específicos para essa modalidade” (p.735).

médio inicialmente para dar suporte às disciplinas da área técnica de informática posteriormente.

A seguir, na figura 1, apresentamos a matriz curricular do Curso Técnico em Informática do PROEJA no ano de 2008, em que vemos que a disposição das disciplinas: a primeira metade do curso é praticamente destinada a disciplinas do ensino médio e a outra metade do curso a disciplinas ensino técnico.

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÔ - MA
MATRIZ CURRICULAR - TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Dias Letivos		200	Dias Semanais		5	Hora-aula		45 minutos	Ano de Implantação		2008
Módulo		40	Carga Horária (aulas)		500	Turno		Diurno			

ÁREAS/ NÚCLEOS CURRICULARES	PERÍODOS SEMESTRAIS	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE		5º SEMESTRE		CARGA-HORÁRIA TOTAL	
		C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	C. H./	HORAS	AULAS
		ELEMENTOS											
LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Arte	30	40		0		0		0		0	30	40
	Língua Estrangeira - Espanhol		0	30	40		0		0		0	30	40
	Língua Estrangeira - Inglês	40	53		0		0		0		0	40	53
	Língua Portuguesa	60	80	60	80	60	80	60	80		0	240	320
	SUBTOTAL	130	173	90	120	60	80	60	80	0	0	340	453
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	60	80	60	80	60	80	60	80		0	240	320
	Biologia	40	53	40	53	40	53		0		0	120	160
	Física	40	53	40	53	40	53		0		0	120	160
	Química	40	53	40	53	40	53		0		0	120	160
	SUBTOTAL	180	240	180	240	180	240	60	80	0	0	600	800
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	Filosofia		0		0		0	40	53		0	40	53
	Geografia	30	40	30	40	30	40		0		0	90	120
	História	30	40	30	40	30	40		0		0	90	120
	Sociologia		0		0		0		0	40	53	40	53
	SUBTOTAL	60	80	60	80	60	80	40	53	40	53	260	347
Fundamentos da Informática = FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	Desenvolvimento Profissional		0		0		0		0	60	80	60	80
	Introdução a Informática	60	80		0		0		0	30	40	30	40
	Legislação em Informática		0		0		0		0	30	40	30	40
	Tópicos Especiais em Informática		0		0		0		0	120	160	180	240
	SUBTOTAL	60	80	0	0	0	0	0	0	120	160	180	240
FORMAÇÃO PRÁTICA EM INFORMÁTICA	Análise e Projeto de Sistemas		0		0	60	80		0		0	60	80
	Aplicativos de Sistemas Operacionais		0		0		0		0	90	120	90	120
	Arquitetura de Computadores		0		0		0	60	80		0	60	80
	Estrutura de Dados		0		0		0	60	80		0	60	80
	Gestão Empresarial		0		0		0		0	60	80	60	80
	Instalação e Manutenção de Computadores		0		0	90	120		0		0	90	120
	Lógica e Linguagem de Programação		0	90	120		0		0		0	60	80
	Programação para Web		0	60	80		0		0		0	60	80
	Redes de Computadores (Projetos)		0		0		0		0	90	120	90	120
	Segurança em Redes		0		0		0		0	60	80	60	80
	Sistemas Operacionais		0		0		0	90	120		0	90	120
	Tecnologia e Linguagens para Banco de Dados		0		0		0	60	80		0	60	80
	SUBTOTAL	0	0	150	200	150	200	270	360	300	400	870	1160
CARGA HORÁRIA DOS ELEMENTOS CURRICULARES		430	573	480	640	450	600	430	573	460	613	2250	3000
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INFORMÁTICA			0		0		0		0	180	270	180	270
CARGA HORÁRIA COM ESTÁGIO SUPERVISIONADO POR SEMESTRE		430	573	480	640	450	600	430	573	640	883	2430	3270
CARGA HORÁRIA DO ENSINO MÉDIO		370	493	330	440	300	400	160	213	40	53	1200	1600
CARGA HORÁRIA DO ENSINO TÉCNICO		60	80	150	200	150	200	270	360	420	560	1050	1400
ELEMENTOS CURRICULARES POR SEMESTRE		11		11		10		8		9		29	

Figura 1 – Matriz curricular do Curso Técnico em Informática do PROEJA iniciado em 2008

Dissemos anteriormente que os alunos se ressentiram da presença de apenas uma disciplina da área técnica no primeiro período do curso. No tópico a seguir apresentaremos o público alvo do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó, bem como suas expectativas, para uma melhor compreensão da realidade dos alunos codoenses, e dos desafios a serem enfrentados pela escola.

1.3 O Público Atendido pelo Curso e Suas Expectativas

O IFMA/Codó atende Adultos e Jovens trabalhadores da cidade de Codó/MA e comunidades circunvizinhas. São, na maioria, agricultores e filhos de agricultores. Outros desenvolvem atividades no comércio local, em condição de trabalho não formal, tais como: trabalho terceirizado, trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho sem carteira assinada, trabalho por conta própria, e trabalho doméstico não remunerado. Alguns estão desempregados e os mais carentes moram na residência da escola. Todos são de baixa renda e estão na faixa etária entre dezoito e sessenta anos.

Como se pode perceber, as marcas sociais de exclusão ou de marginalização da educação formal fazem com que esses estudantes da EJA do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó, ao retornarem à escola, apresentem uma grande dificuldade para expressar-se de maneira fundamentada, interpretar e reelaborar textos que requeiram maior exigência cognitiva, e ainda mostrem problemas de ordem afetiva, tais como a baixa auto-estima.

Essas características, observadas no IFMA/Codó, são semelhantes a de outros estudantes da EJA no país, conforme relato de Zen (2010, p.58 *apud* Paiva 2004, p.?): “os sujeitos da EJA são homens e mulheres, trabalhadores (as) empregados (as) e desempregados (as), em busca do primeiro emprego ou da reintegração aos postos de trabalhos [...], quando voltam à escola trazem uma auto-estima afetada pela internalização dos fracassos anteriores em experiência com a própria escola.”

Da mesma forma, o Documento Base do Proeja também se refere ao público da EJA como sujeitos que foram marginalizados pelo sistema, e que são empregados e subdesempregados, trabalhadores com desfavorecimento econômico, social e cultural, constituindo um campo de natureza educacional específica. (BRASIL, 2007, p.11-35).

No que se refere aos Jovens e Adultos codoenses, embora com dificuldades sócio-econômicas, em geral demonstram interesse pelo Curso Técnico em Informática, como se pode depreender dos dados do processo seletivo.

Em 2009, segundo dados coletados pela Coordenadoria Geral de Ensino (CGE) da escola, inscreveram-se setenta e três alunos para o preenchimento de trinta vagas oferecidas pela escola para o curso e, em 2010, foram noventa e oito inscritos para as 40 vagas oferecidas. Esta procura pelo curso pode ser explicada pelo fato de que o IFMA/Codó é a única instituição escolar habilitada a formar Técnicos em Informática na cidade, atraindo os jovens e adultos codoenses.

Esta atração exercida pelo curso sobre os jovens e adultos codoenses faz com que, quando cheguem à escola, ainda cursando as primeiras disciplinas, demonstrem ansiedade por aulas práticas com o computador. Assim, observamos que o anseio de aprender o manuseio do computador, ou seja, aprender a prática⁷, tem tomado conta da grande maioria dos alunos.

Por este motivo, quando se deparam, no início do curso, com aulas expositivas nas disciplinas nas quais não vêem nenhuma relação com o curso técnico que escolheram, iniciam um processo de cobrança por aulas práticas, e por uma quantidade maior de aulas de informática, aos professores, à coordenação pedagógica e à direção escolar.

⁷ Refere-se à primeira idéia que o aluno tem de prática, desvinculada da teoria, ou seja, uma concepção pragmática.

Observamos, assim, que, com o desenho curricular proposto para o curso, a escola acaba por frustrar as expectativas dos estudantes, não conseguindo aproveitar o interesse que eles demonstram em aprender, e não percebendo que a elevação da auto-estima seria um fator relevante para estimular a aprendizagem, evitando a evasão escolar.

No que diz respeito aos desafios políticos e pedagógicos do PROEJA, Domingos Leite Lima Filho (2010) ressalta que, além dos aspectos infraestruturais relativos à disponibilização e adequação de recursos apropriados, estão os aspectos relativos à construção de conhecimentos e práticas pedagógicas, “especialmente para a formação de professores para um nível e modalidade educacional para o qual ainda não se tem acúmulo suficiente” (Leite Filho, 2010, p.114-115)

Como subsídio para a compreensão da realidade do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó quanto às características do corpo docente, apresentaremos, no item que se segue, seu perfil profissional.

1.4 O Quadro e as Qualificações Docentes

Desde a sua fundação, o IFMA/Codó teve o seu quadro docente composto, na sua grande maioria, por professores substitutos. Isto se deu em virtude do fracasso das medidas neoliberais para a educação implantadas na década de 1990 que não permitiu a realização de concursos públicos para preenchimento de vagas para o quadro permanente de docentes e demais profissionais da educação.

O professor Santos (2008), um dos docentes pioneiros do IFMA/Codó, vivenciou todo esse processo da ofensiva neoliberal, e fez registros em sua obra sobre a história da instituição:

Neste período, o quadro de servidores da nossa instituição estava permeado de professores e administrativos contratados, o que, sem dúvida, ocasionava certa instabilidade no processo educativo (p.30)

[...] o quadro de instabilidade vivenciado no Governo Fernando Henrique Cardoso contribuía para o acirramento das crises internas vivenciadas em nossa escola na gestão do Profº Brandão, destacamos ainda como incremento a tudo isso: as transferências de servidores efetivos que se deram em uma quantidade absurda, deixando assim o quadro de servidores deficiente, gerando problemas inclusive de natureza pedagógica. (p.30)

Também o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007) reconhece que:

na década de 1990, com o recuo na oferta de cursos técnicos na Rede Federal e o completo desmonte do que se tinha nos sistemas estaduais, não houve por parte dos sistemas concursos públicos para compor o quadro de professores da área específica. A primeira fragilidade, portanto, diz respeito à falta de quadro de professores efetivos no domínio da educação profissional. (p.32-33)

No entanto, em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou-se um processo de inversão desse cenário com a realização de concursos públicos para o preenchimento do quadro de servidores efetivos da União. O próprio Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007) se refere a essa necessidade:

Em decorrência, com vistas à expansão da oferta do ensino médio integrado, cujos cursos terão duração, em sua grande maioria, de quatro anos, é fundamental (re)construir esses quadros efetivos, uma vez que não se poderá

trabalhar nessa perspectiva curricular com professores contratados precariamente/temporariamente. (p.33)

Deve-se ressaltar que, se, por um lado, era imprescindível a reconstituição do quadro de servidores efetivos, para então se iniciar o desafio do ensino integrado nas diversas modalidades de ensino, dentre elas a educação de jovens e Adultos nas escolas federais, por outro, a própria inserção desses servidores no Proeja constituía-se um desafio, pois, como já apontado por diversos estudos⁸, esses profissionais necessitavam de uma formação específica para trabalhar com aqueles estudantes.

Desse modo, reconhecendo essa necessidade, o próprio Ministério da Educação passou a ofertar, ainda em 2006, cursos de capacitação de professores em nível de especialização (*lato-sensu*) em EJA, destinados aos educadores que trabalhassem na Educação Profissional no PROEJA. (BRASIL, 2007, p.36)

De acordo com Lucília Machado (2011), a Especialização Proeja visava

motivar os professores a enfrentar o desafio do desenvolvimento teórico e prático dos fundamentos deste programa, particularmente o trabalho como princípio educativo, nas suas interações com a ciência, a tecnologia, a educação e a cultura, e o desenvolvimento de aprendizagens significativas por meio da interação do conhecimento sistematizado com os do educando, construídos a partir de sua realidade existencial. (MACHADO, 2011, p.700)

A primeira turma desse curso de especialização no IFMA/Codó teve início em 2008 e concluiu em 2010. No entanto, deve se ressaltar que, dos docentes que participaram dessa capacitação, muitos desistiram e, dos concluintes, apenas um docente pertence ao quadro atual de professores do IFMA/Codó trabalhando no PROEJA (Curso Técnico em agroindústria⁹).

No IFMA/Codó, pelo menos um dentre os docentes que lecionam no Ensino Médio, em cada área do conhecimento, leciona no PROEJA. Esse quadro vem sendo ampliado anualmente e, de 2009 para 2010, praticamente dobrou.

Nas tabelas abaixo, são apresentados: o número de docentes que atuam na formação geral e na formação técnico-profissional e suas respectivas titulações no PROEJA (Tabela 1); e no curso técnico em Informática (Tabela 2) do IFMA/Codó.

⁸ LIMA FILHO, Domingos Leite. O Proeja em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 35, n.1, jan/abr 2010, p.109-127.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da Educação de Jovens e Adultos como campo pedagógico. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99

SHIROMA, Eneida Oto e LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no Proeja. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul.-set. 2011, p. 725-743

⁹ No IFMA/Codó, existem dois cursos atendendo ao PROEJA: O curso Técnico em Agroindústria e o curso Técnico em Informática. Ambos integrados ao ensino médio

Tabela 1 - Docentes da formação geral e técnico-profissional do IFMA/Codó e respectivas titulações que trabalham no PROEJA (Abr/2010)

Titulação	Docentes da formação Geral	Docentes de formação técnico-profissional	Total
Graduação	04	09	13
Especialização incompleta	-	01	01
Especialização concluída	06	03	09
Mestrado incompleto	-	02	02
Mestrado concluído	08	06	14
Doutorado incompleto		02	02
Doutorado concluído.	01	01	02
Pós-doutorado incompleto	-	-	-
Pós-doutorado concluído			
Total	19	24	43

Fonte: Supervisão Escolar e Setor de Recursos Humanos do IFMA /Codó.

Observa-se nesta tabela que os profissionais da educação geral são, na maioria, mestres e especialistas, ao passo que os profissionais da educação técnico-profissional são, na maioria, graduados e mestres. No seu conjunto, há uma ligeira superioridade dos mestres (14) sobre os graduados (13) entre os docentes que trabalham com a EJA, no IFMA/Codó.

Tabela 2 - Docentes da formação geral e técnico-profissional do IFMA/Codó e respectivas titulações que trabalham no PROEJA apenas no Curso Técnico em Informática (Abr/2010)

Titulação	Docentes da formação geral	Docentes da formação técnico-profissional	Total
Graduação	-	-	-
Especialização incompleta	-	-	-
Especialização concluída	07	02	09
Mestrado incompleto	-	01	01
Mestrado concluído	06	02	08
Doutorado incompleto	-	-	-
Doutorado concluído	-	-	-
Pós-doutorado incompleto	-	-	-
Pós-doutorado concluído	-	-	-
Total	13	05	18

Fonte: Supervisão Escolar e Setor de Recursos Humanos do IFMA /Codó.

Observa-se nesta tabela que tanto os docentes da formação geral quanto da técnico-profissional são pós-graduados: nove são especialistas e oito, mestres, em um total de 18 docentes. Apesar de representar um pequeno quadro docente, os professores são capacitados, o que é um fator relevante para o curso, mas não suficiente para trabalhar com os alunos do PROEJA. Além dos inúmeros estudiosos sobre a educação profissional, que se dedicaram a pensar sobre a formação dos docentes para esta modalidade de ensino e, particularmente, para o PROEJA (mencionados nesta dissertação), citamos Lopes & Souza (2010):

o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir (p.2)

2 CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade social no Brasil no que se refere à educação é secular, tendo sido instituída desde o período colonial e estendendo-se até os nossos dias. Assim, a educação em nosso país sempre foi privilégio de poucos, tanto no que diz respeito ao acesso quanto no que diz respeito à permanência na escola.

Em se tratando da formação dos trabalhadores, Acacia Kuenzer nos mostra que esta dualidade se constituiu historicamente na separação entre capital e trabalho:

A formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação de trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho. (KUENZER, 2000, p. 27)

Assim, desde a etapa colonial tem prevalecido uma representação – que se tornou senso comum - de que o trabalho que exige esforço físico e/ou o trabalho manual é um trabalho “desqualificado” porque associado ao trabalho escravo, distinto das funções mais “qualificadas” associadas ao trabalho intelectual.

No período imperial, tanto as ações públicas quanto as de natureza privada se orientavam pelo propósito de ensinar ofícios à parcela mais empobrecida da população: os órfãos, os abandonados, os chamados “desvalidos da sorte”:

Durante o Império tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2002, p.78)

No período republicano, foi no governo do presidente Nilo Peçanha (1909-1910) que se criou uma rede federal de escolas profissionais – as escolas de aprendizes artífices - as precursoras do ensino técnico em nosso país, atendendo às demandas de ordem econômica e política da época.

Já nas décadas de 30 e 40, as sucessivas Reformas Educacionais atestam este mesmo caráter dualista de nosso sistema educacional: a Reforma Francisco Campos (1931) e a Reforma Capanema (1942) “deixavam claro o caráter elitista e dualista da educação, baseado no sistema produtivo: uma formação que garantia o acesso ao nível superior para aqueles que exerceriam funções de dirigentes, e uma formação para a classe trabalhadora através de cursos profissionalizantes que não davam acesso ao nível superior”. (Nóbrega, 2011, p.10)

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a organização do ensino manteve, em linhas gerais, a estrutura da reforma Capanema, embora a flexibilizasse:

isto é, tornou possível que, concluído qualquer ramo do ensino médio, o aluno tivesse acesso, mediante vestibular, a qualquer carreira do ensino superior. De outra parte, possibilitou o aproveitamento de estudos de modo que determinado aluno pudesse se transferir de um ramo para outro

matriculando-se na mesma série ou na subsequente àquela em que fora aprovado no ramo que cursava anteriormente. (SAVIANI, 2006, p. 21)

A ruptura política representada pelo Golpe Militar de 64 tratou de garantir a continuidade da ordem socioeconômica, mas para isso teve de ajustar a organização do ensino: a lei 5692/71 unificou os antigos ensino primário e técnico e eliminou a diferença entre os ramos (secundário, agrícola, industrial, comercial e normal), instituindo o primeiro e o segundo graus, e a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, esta última extinta, mais tarde, com a lei 7044/82. No entanto, o que poderia ser a superação do dualismo neste nível de ensino era uma estratégia para diminuir a demanda social pelo ensino superior, pois

a marca desse dualismo não estava mais na impossibilidade de aqueles que cursavam o ensino técnico ingressarem no ensino superior, mas sim no plano dos valores e dos conteúdos da formação. No primeiro caso, o ideário social mantinha o preceito de que o ensino técnico destinava-se aos filhos das classes trabalhadoras cujo horizonte era o mercado de trabalho, e não o ensino superior. No segundo caso, enquanto a Lei nº 5692/71 determinava que na carga horária mínima prevista para o ensino técnico de 2º grau (2.200 horas) houvesse a predominância da parte especial em relação à geral, a Lei nº 7.044/82, ao extinguir a profissionalização compulsória, considerou que nos cursos não-profissionalizantes as 2.200 horas pudessem ser totalmente destinadas à formação geral. Com isto, os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando, àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura geral. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2010, p.34)

A década de 80, marcada por movimentos tímidos de conquistas democráticas, também foi marcada por mobilizações na área educacional aglutinando-se em torno do movimento sindical docente e nas Conferências Brasileiras de Educação, que capitalizava o debate crítico e o confronto de concepções:

A idéia de democratização substantiva no campo educacional, fortemente presente na década de 1980, expressava uma reação ao caráter autoritário das reformas e políticas educacionais efetivadas ao longo da ditadura civil-militar. (FRIGOTTO, 2006, p.39)

Assim, o confronto com concepções remanescentes do período autoritário trouxe ao debate a possibilidade de uma formação básica que superasse a velha dualidade entre educação propedêutica e educação profissional. Trouxe, neste contexto, o conceito de politecnia.

Para Dermeval Saviani, o conceito de politecnia não poderia ser compreendido em seu significado literal, pois isto implicaria em compreendê-lo como “a totalidade das diferentes técnicas, fragmentadas, autonomamente consideradas” (Saviani, 2003, p.140). Ao contrário,

politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência. (SAVIANI, 2003, p. 140)

Na década de 90, a globalização da economia e a reestruturação no modo de se produzir os bens, nos marcos de um novo patamar de acumulação capitalista, trazem para o campo conceitual termos que refletem a incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia ao processo produtivo: células de produção (onde antes se falava de linha de produção); controle de qualidade feito pelo trabalhador – controle *internalizado* (quando antes era feito pelo supervisor); produção flexível (em substituição à produção de base rígida). (Kuenzer, 1999)

No final dos anos 90, na gestão Fernando Henrique Cardoso, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é sancionada (Lei nº 9394 de 23 de dezembro de 1996) sob uma concepção neoliberal. Seu caráter “minimalista” (expressão cunhada por Luiz Antonio Cunha) permitiu ao Executivo regulamentá-la por meio de decretos presidenciais, portarias ministeriais e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Assim é que, uma vez postas as novas demandas do mundo do trabalho, o poder público propôs-se atendê-las reformando o ensino técnico em articulação com a reforma do ensino médio: o Decreto nº 2208/97 e a Resolução CNE/CEB nº 04/99 recuperam o dualismo estrutural entre educação para a vida e educação para o trabalho sob nova roupagem:

Desvinculado de uma formação específica, o Ensino Médio voltou-se para o desenvolvimento de competências básicas para a vida. Ainda que o trabalho e a cidadania sejam considerados os contextos que dão sentido à genérica categoria “vida”, tal como é tratada pelas diretrizes, o fato de perderem a materialidade outrora conferida pelo horizonte da profissionalização esvaziou essas categorias de conteúdos tanto simbólicos quanto científicos. Por isso a generalidade das áreas de conhecimento, a superficialidade dos projetos e o enfraquecimento do sentido das disciplinas escolares. Do lado específico da formação profissional, a ênfase na polivalência e na flexibilidade configurada pelas áreas profissionais abrangentes, associada à perda da importância dos conhecimentos científicos da profissão em favor das competências, colocou em crise o sentido das habilitações e das especialidades. (RAMOS, 2006, p.302)

Em artigo no qual expõem a gênese do Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004, em que foram participantes ativos, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos defendem o ensino médio integrado ao ensino técnico como uma proposta de “travessia” para a construção do ensino médio unitário e politécnico (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2010).

Reconhecendo que “a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade” (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2010, p. 27), os autores revelam que se buscava consolidar, com a revogação do Decreto nº 2208/97 e sua substituição pelo Decreto nº 5154/2004, “a base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas”. (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2010, p.37)

Em estudo no qual se propõe refletir sobre o que é ou o que poderia vir a ser a *formação integrada*, Maria Ciavatta esclarece que, no caso do ensino médio integrado ao ensino técnico, se busca “enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (Ciavatta, 2010, p.84)

No que se refere à questão da politécnica no ensino médio, Frigotto, Ciavatta e Ramos ressaltam que a educação politécnica não se confunde com o ensino médio integrado ao ensino técnico, embora este seja condição social e historicamente necessária para aquela:

O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2010, p. 44)

Ainda que a educação politécnica seja possível apenas em outra conjuntura, Ciavatta não se exime de formular pressupostos para a formação integrada, dos quais destacaremos dois em função dos propósitos desta dissertação: a adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica, que busquem articular a teoria e a prática dos conteúdos; e a participação de professores abertos à inovação, que busquem disciplinas e temas mais adequados à integração. (Ciavatta, 2010)

Tendo a compreensão de que todas as relações pedagógicas são socialmente determinadas e constituem expressões das correlações de forças presentes em uma certa conjuntura, assumimos a impossibilidade do envolvimento de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão *Campus* Codó em um projeto de educação politécnica.

No entanto, nos limites colocados pela realidade, procuraremos fundamentar teoricamente uma experiência que realizamos com alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA, em que buscamos estimular os alunos a aprender como “uma aventura criadora”, no sentido de romper com “algo defeituosamente assentado e à espera de superação” (Freire, 2002, p.78)

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nasceu com o propósito de “contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade”. (MEC/SETEC. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base, 2007, p.11)

Em trabalho no qual ressalva que a educação de jovens e adultos é ainda vista pelo senso comum como uma estratégia para recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e a escrever, culpabilizando-os pela própria situação, Jane Paiva destaca que a educação de jovens e adultos deve ser concebida como uma dimensão da conquista da igualdade entre os homens, em um contexto em que a educação deve ser valorizada como base para o desenvolvimento humano, social e solidário:

Pós-Hamburgo¹⁰ (1997), duas importantes vertentes consolidaram a educação de jovens e adultos: a primeira, a da escolarização, assegurando o direito à educação básica a todos, independente da idade, e considerando a educação como direito humano fundamental; a segunda, a da educação continuada, como exigência do aprender por toda a vida, independente da educação formal e do nível de escolaridade, o que inclui ações educativas de

¹⁰ A autora faz referência à Conferência de Hamburgo, promovida pela UNESCO em 1997.

gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais etc., assim como a formação continuada de educadores, estes também jovens e adultos em processos de aprendizagem. **A segunda vertente, verdadeiro sentido da EJA, ressignifica processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam, ao longo de toda a vida, e não se restringe à questão da escolarização, ou da alfabetização.** (PAIVA, 2006, p. 3, grifos nossos)

No que diz respeito ainda à percepção do senso comum, Vera Masagão Ribeiro (1999), em estudo no qual procura discutir a formação de educadores e a constituição da Eja como campo pedagógico, mostra que a “assimilação da educação dos grupos populares à ação filantrópica é o arcabouço ideológico que sustenta as representações que infantilizam os educandos jovens e adultos” (Ribeiro, 1999, p.188).

Ribeiro chega a esta conclusão apoiada em estudo de Marília Carvalho sobre o trabalho docente nas séries iniciais em que a pesquisadora revela que o cuidado como componente da relação professor-aluno se justifica, na perspectiva das professoras (do estudo de Marília Carvalho), apenas no âmbito filantrópico e não propriamente educativo de sua ação, pois embora as professoras participantes do estudo de Carvalho, na prática, devotassem a todas as crianças o mesmo cuidado, no discurso, só reconheciam o cuidado como componente legítimo da prática pedagógica quando dirigido às crianças carentes, como compensação de um cuidado que suas famílias, porque pobres, não teriam condições de oferecer. (Ribeiro, 1999, p.188)

Na busca pela identidade da educação de jovens e adultos, Ribeiro traz para a discussão uma pesquisa de Orlando Joia e colaboradores, em que estes ressaltam que, à diferença do ensino fundamental propedêutico – cujos preceitos afirmam que a formação geral deve anteceder a formação profissional - “a educação de jovens e adultos obriga os educadores a focalizar sua ação pedagógica no presente, enfrentando de forma mais radical a problemática envolvida na combinação entre formação geral e formação profissional, entre teoria e prática, universalismo e contextualização, etc”. (Ribeiro, 1999, p.193-194)

No entanto, a autora ressalva que, se, por um lado, a funcionalidade das aprendizagens constitui um fator de motivação dos jovens e adultos, por outro, não se deve abrir mão do distanciamento crítico em relação à realidade imediata que a educação escolar proporciona, em detrimento das necessidades práticas que a inserção no mercado de trabalho traz para aquele segmento:

A oportunidade de descolar-se da ação imediata para poder dedicar-se à elaboração do próprio conhecimento é uma das especificidades da aprendizagem escolar que outras instituições sociais dificilmente podem promover com a mesma intensidade. (RIBEIRO, 1999, p. 194)

O caráter mediador da educação, na medida em que ela é um instrumento que as gerações adultas utilizam para inserir as gerações mais novas no tríplice universo do trabalho, da sociabilidade e da cultura simbólica, é explicitado pelo professor Antonio Joaquim Severino em seu livro *Filosofia da Educação*.

Assim, sendo o homem um ser de relações, ele se relaciona com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo, desenvolvendo, respectivamente, uma prática produtiva, uma prática social e uma prática subjetiva, simbolizadora. Em decorrência, “pelo trabalho, o homem se relaciona com a natureza, retirando dela os elementos necessários para a produção de sua existência material” (Severino, 1994, p.49); “pela sociabilidade, os homens estabelecem relações entre si, que são também relações hierarquizadas pelo poder” (idem); e “pela cultura simbólica, os homens produzem e usam os bens culturais” (Severino, 1994, p.51).

Embora possa ser assim resumida a intervenção do homem - interpretando e modificando o mundo - na perspectiva marxista, a natureza e os outros homens não se apresentam como algo dado ao homem, mas sim com síntese de múltiplas determinações resultantes de um processo histórico.

Na primeira das teses sobre Feuerbach, Marx define a práxis como atividade prático-crítica, como atividade sensível subjetiva, isto é, como atividade em que o real, concebido subjetivamente, sofre a ação do homem¹¹. Nessa concepção a práxis é uma ação humana que já carrega em si um conhecimento prévio do objeto sobre o qual ela se aplicará. Portanto, na concepção marxista, a práxis é o fundamento do conhecimento em um processo dialético, pois, para Marx, o homem só conhece, de fato, aquilo que faz.

Superando a oposição entre o método da explicação causal e a compreensão intuitiva (colocada por Dilthey), para Marx, “as próprias formas da percepção não são apenas o pressuposto da atividade humana, mas também o seu produto” (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998, p. 991), uma vez que “nada está no intelecto que antes não tenha estado nos sentidos; mas também nada está nos sentidos que antes não tenha estado no intelecto. Os pensamentos de que os homens se servem para a produção prática do mundo são os mesmos de que se servem para o compreender de forma teórica. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998, p. 991)

Otaviano Pereira (1982, p.77) reitera a formulação de Karl Marx quando afirma: “a práxis é a ação com sentido humano. É a ação projetada refletida consciente, transformadora do natural, do humano e do social.”

Por que a teoria tem de estar presente nesse processo de construção da práxis? Porque a ação do homem, diferentemente do animal, é ação cultural. É ação de sentido de projeto. A prática pura em si (ação do animal) não pode ser geradora do cultural. Aí é que aparece certa contradição humana: o de não poder livrar-se nem da teoria nem da prática. Aliás, uma bela contradição que tem de ser assumida e resolvida por ele. [...] Ora, se por um lado temos de evitar certa dependência mecânica entre o natural e o cultural, por outro lado, o cultural só pode ser gerado no natural. Não há como o homem criar ação cultural a partir do nada [...]. (PEREIRA, 1982, p.77)

Fundamentado nas matrizes do pensamento de Karl Marx - em uma concepção dialética da história e da sociedade, e, portanto, compreendendo a práxis como prática revolucionária, que tem por objetivo a transformação radical da sociedade - Adolfo Sánchez Vazquez (1990) nos dá uma definição de atividade prática como uma unidade indissolúvel entre a teoria e a prática, e guiada pela realização de seus objetivos:

Esta (a atividade prática), como atividade ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, como unidade do teórico com o prático na própria ação, é transformação objetiva, real, na matéria através da qual se objetiva ou realiza uma finalidade; é, portanto, realização guiada por uma consciência que, ao

¹¹ O defeito fundamental de todo materialismo até agora (incluso o de Feuerbach) — é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de *objeto* ou de *intuição*, e não como *atividade humana sensível, praxias*; só de um ponto de vista subjetivo. Daí, em oposição ao materialismo, o lado *ativo* deve ser desenvolvido, de um modo abstrato, pelo idealismo, que naturalmente não conhece a atividade efetiva e sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis - efetivamente diferenciados dos objetos de pensamento, mas não capta a própria atividade humana como atividade *objetiva*. Por isso considera, na *Essência do Cristianismo*, apenas como autenticamente humano o comportamento teórico, enquanto a *praxis* só é captada e fixada em sua forma fenomênica, judia e suja. Não compreende por isso o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. Teses sobre Feuerbach. Coleção Os Pensadores, Marx. Trad. José Arthur Giannotti. 1ª edição: julho de 1974. São Paulo: Abril S.A.

mesmo tempo, só guia ou orienta – e isso seria a expressão mais perfeita da unidade entre a teoria e a prática – na medida em que ela mesma se guia ou orienta pela própria realização de seus objetivos. (SÁNCHEZ VAZQUEZ, 1990, p.243)

No que se refere à práxis educativa da EJA, vários estudos relacionam aspectos que devem ser considerados para que os sujeitos educandos - que já experimentaram processo(s) de exclusão da vida escolar - possam concluir a formação básica. Dentre estes aspectos se destacam “as condições materiais e estruturais de sua existência em um marco de relações sociais contraditórias que exigirá destes educandos tempo individual e social, saúde e condições materiais para frequentar escola e trabalho simultaneamente e poder deslocar-se com fluidez entre o trabalho, a escola e sua casa, em seu cotidiano” (Lima Filho, 2010, p.115); “a composição heterogênea do alunado do PROEJA (que) demanda redobrado empenho dos professores para construir metodologias, recursos didáticos apropriados e formas inovadoras de ensinar e avaliar” (Shiroma e Lima Filho, 2011, p.733); “o amadurecimento de uma psicologia dos adultos, tanto no que se refere à dimensão cognitiva quanto motivacional, [...] para se superar uma concepção de que o desenvolvimento é algo que ocorre apenas durante o período de desenvolvimento biológico intenso (infância e adolescência) fazendo parecer irrelevantes as características específicas de outras fases da vida e os efeitos que a aprendizagem pode produzir também durante a vida adulta” (Ribeiro, 1999, p.194).

Neste contexto, Ribeiro faz menção a Celso Beisiegel que aponta o desafio de os docentes da EJA criarem novos meios de aprendizagem “já que no plano da legislação o direito a um ensino adequado às condições do educando está amplamente reconhecido:

É a própria legislação que está propondo às autoridades e aos educadores a tarefa de investigar e definir modalidades de realização do trabalho educativo adequadas às condições de vida de jovens e adultos trabalhadores. Nesse sentido, talvez a questão da competência técnica na educação de jovens e adultos esteja sendo discutida em trabalhos recentes de maneira incompleta. Além do necessário domínio das técnicas de trabalho pedagógico e do conhecimento das características especiais de jovens e adultos, impõe-se examinar principalmente a questão dos modelos de organização das atividades educativas, de modo a adequá-las às peculiaridades e às possibilidades de sua clientela. E é sempre importante não esquecer que a principal peculiaridade dos jovens e adultos analfabetos é a sua condição de portadores de uma situação de classe. (Beisiegel 1979, p. 33 *apud* Ribeiro, 1999, p.195-196)

Retomando o que foi dito anteriormente, relataremos, no próximo capítulo, uma experiência realizada com alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA, em que estes tiveram oportunidade de vincular os conteúdos teóricos ministrados em sala de aula com situações práticas vivenciadas no cotidiano de um técnico em informática, em uma proposta de articulação teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem.

3 CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA REALIZADA COM ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO PROEJA NO SETOR DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES DA ESCOLA

Para contextualizar esta experiência, dedicar-nos-emos, primeiramente, a retomar a descrição, em linhas gerais, das condições acadêmicas do curso (a grade curricular e o laboratório de informática), das expectativas dos alunos e a situação destes ao final do primeiro ano do curso.

As aulas da primeira turma do Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó iniciaram-se no dia 18 de fevereiro de 2008. A turma estava composta por trinta e cinco alunos, sendo vinte e três homens e doze mulheres. Assim, concretizava-se um programa oriundo de uma política governamental, com o objetivo de atender trabalhadores de baixa renda que tinham suas experiências escolares marcadas pela descontinuidade e insucessos. (BRASIL, 2007)

Inicialmente, foram oferecidas, para o ensino médio, as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Física, Química, Geografia, História, Artes, Biologia e Inglês, e para o ensino técnico foi oferecida a disciplina Introdução à informática, de acordo com o desenho curricular do curso (ver Tabela 03 na página 32). Registre-se que esse foi um dos aspectos que gerou insatisfação por parte dos alunos, pois eles questionavam haver poucas disciplinas do ensino técnico e poucas aulas práticas.

Em sala de aula, o que se observou foi a dificuldade de aprendizagem que os alunos apresentavam: eles não conseguiam desempenhar bem as atividades discentes, e isso se refletiu nas avaliações. Com relação especificamente ao ensino técnico, observou-se que desconheciam *softwares* e *hardwares* e os dispositivos computadorizados; mal conseguiam conduzir um mouse; e passavam minutos ‘catando’ letras no teclado, revelando não ter familiaridade com o computador.

Percebia-se, também, que os professores lecionavam as disciplinas de suas respectivas áreas de forma independente das demais áreas do conhecimento e as aulas eram, em sua parte, expositivas.

Outro ponto a ser considerado nessa questão é a escola não ter disponibilizado ambientes suficientes e adequados para atender os alunos do PROEJA do Curso Técnico em Informática, uma vez que a escola possuía um único laboratório de informática, o que não permitia sua utilização sempre que necessário, tendo em vista que todos os cursos da escola requeriam também seu uso.

Registre-se, também, a ausência de outros materiais para aplicação prática com os alunos, a exemplo de: ferramentas, peças de computadores, cabos de redes, hubs, suítes, dentre outros.

Com relação ao acervo bibliográfico, existia (e ainda existe) apenas uma pequena biblioteca escolar, com um acervo pequeno e deficitário.

Em decorrência dessa situação, não demorou muito para se implantar o desestímulo e a desmotivação entre os alunos do Curso Técnico de Informática do PROEJA do IFMA/Codó, trazendo como consequência os insucessos escolares e a evasão.

Naquela ocasião decidimos registrar o estado de ânimo dos alunos, por meio de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas, e a imensa maioria

demonstrou estar desestimulada com o curso¹², conforme exemplificam estes dois depoimentos.

Pesquisador: Na sua visão, como você considera o curso? Estimulante ou desestimulante?

Aluno A: Desestimulante, só ainda não desisti porque tenho a esperança que daqui até o próximo ano melhore.

Aluno G: Desestimulante, o ensino médio é difícil e as aulas de computador ... é de computador a gente não está aprendendo muito e são poucas.

Assim, ao final dos três primeiros meses de curso, cinco alunos haviam desistido, e ao final do primeiro ano de funcionamento treze, segundo dados do setor de registro escolar do IFMA/Codó, mostrando que alguma medida deveria ser tomada para reverter essa situação.

A EXPERIÊNCIA REALIZADA

O setor de manutenção de computadores da escola ocupa uma pequena área de 36 m², situado ao lado do laboratório didático de informática, e foi criado para atender diariamente às necessidades do bom funcionamento de todo o parque informatizado da escola. Nele são realizados consertos de computadores, instalação e configuração de sistemas, manutenção de dispositivos computadorizados, manutenção da rede de computadores e do laboratório didático de informática da escola.

O setor de manutenção de computadores do IFMA/Codó foi criado entre os anos de 2007 e 2008, e iniciou suas atividades com um professor de informática do quadro efetivo do IFMA/Codó, e um técnico em informática contratado por uma empresa terceirizada para essa finalidade. O técnico em informática contratado tinha sido aluno da turma iniciada em 2000, turma única do curso técnico em informática, que foi extinto por falta de estrutura, como já informado no primeiro capítulo deste trabalho.

Diante de uma conjuntura em que o setor de manutenção de computadores não estava atendendo à demanda da instituição em consequência do aumento considerável do número de computadores e de outros dispositivos informatizados, como as impressoras, por exemplo, necessitava-se de ampliação da força de trabalho para este setor.

Assim, na condição de professor de Informática, ao percebermos que alguns alunos do curso de informática do PROEJA, por serem alunos internos (isto é, morarem na residência escolar), ficavam ociosos durante um longo período do dia, convidamos cinco destes alunos a colaborarem com o Setor de Instalação e Manutenção de Computadores: eles auxiliariam os trabalhos do técnico de informática e do professor de informática responsável pelo setor e, em contrapartida, teriam uma experiência prática com os computadores.

A idéia era utilizar o trabalho no setor de manutenção como uma oportunidade de articular a teoria ensinada em sala de aula com a prática quotidiana daquele setor, além de propiciar um revés no desânimo dos alunos do curso técnico em informática do PROEJA, ao contribuir para sua motivação.

Desse modo, durante três meses, os alunos vivenciaram o cotidiano do setor de manutenção de computadores. No início se demonstraram envergonhados, falando pouco e pensando até mesmo em desistir, mas depois de algumas semanas já conversavam com o

¹² Dos nove alunos entrevistados, apenas um considerou o curso estimulante.

técnico e com o professor de informática sobre possíveis defeitos que apresentavam os computadores e outros dispositivos informatizados. Quando participavam efetivamente dos consertos, perguntavam e faziam questionamentos ao professor e ao técnico em informática, de tal forma que o ambiente foi se tornando descontraído. Passadas algumas semanas, já desenvolviam consertos por conta própria, realizavam testes e experimentos.

Nesse contexto, constatamos o interesse dos alunos em aprender nas mais diversas situações-problema e a realização das suas próprias descobertas, com ou sem a presença do professor e do técnico.

Assim, ocorreram avanços nas atividades do setor, bem como no desempenho desses alunos em sala de aula, que se tornaram mais estimulados e participativos, o que acabou refletindo em suas avaliações. De fato, esses alunos foram reconhecidos pelos professores, pelo corpo pedagógico (diretores e coordenadores) e pelos demais alunos como os mais aplicados da turma, conforme atestam os depoimentos a seguir:

Pesquisador pergunta ao professor de Matemática e ao Diretor Geral: Você tomou conhecimento que cinco alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA desenvolveram atividades práticas no Setor de Manutenção de Computadores da escola? Em caso afirmativo, considera que as atividades desenvolvidas no setor de Manutenção de Computadores interferiram no processo de ensino-aprendizagem desses alunos?

Professor de Matemática do PROEJA: Não sei o que é realizado no setor de manutenção de computadores, mas posso dizer duas coisas. A primeira é que esses alunos são empenhados em sala de aula. Percebo ter melhor auto-estima que os demais. A segunda é que desempenham um bom papel na escola como alunos e aprendizes de técnicos.

Diretor Geral: Vi por muitas vezes eles pra lá e pra cá com computadores, via-os nas salas da supervisão, coordenação, consertando computadores. Foi uma atividade de trabalho, sim, e creio, com certeza, que ajudou muito a escola e a eles mesmos, creio que bem discutido é válido. Por esses motivos citados é pedagógico, é curricular e é, sim, um estágio.

Pesquisador pergunta aos alunos: Você participou, com quatro outros colegas do curso, de atividades práticas desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores da escola. O que isso representou para você?

Aluno I: Sim, sem dúvida nenhuma. Foi uma ... é...uma ... oportunidade que aproveitei muito e ainda hoje aproveito. Isso fez a diferença, com certeza. Quando nós entramos lá, foi pra ajudar o setor, e ao mesmo tempo aprender alguma coisa. Depois eu vi que foi uma vantagem, sabe, que eu tive, que a maioria dos alunos não tiveram, até mesmo porque a oportunidade, não porque os outros não merecessem a mesma oportunidade, mas o fato de o espaço ser pequeno, entende, por causa da estrutura. As pessoas que participaram dessa oportunidade foram poucas. Então, eu me sinto ... foi uma boa oportunidade, sim, para meu aprendizado, além de aumentar meu interesse pelo curso.

Aluno J: Sim, acho que se não fosse a gente ter entrado lá eu teria talvez desistido do curso, porque muita gente da minha turma desistiu. Outros

reclamam e eu me sinto privilegiado. Aprendi demais lá, demais mesmo, hoje me considero um técnico em informática.

Aluno K: Participei sim, muito que aprendi devo aquele setor, eu tinha vontade de estar lá todo tempo, todo dia eu aprendia algo novo, além de treinar o que a gente via na sala de aula, fazia testes, foi muito bom. O que era visto nas aulas à noite, no outro dia de manhã eu estava lá testando e aprendi também com o professor e com meus colegas.

Pesquisador pergunta aos alunos: Que atividades você realizava no Setor de Manutenção de Computadores?

Aluno I: Entre é ... as várias atividades que nós fazíamos, tinha a manutenção e instalação de computadores, de programas, é ... acompanhava os servidores da instituição, pesquisas na internet para fazer os exercícios e sobre novos softwares, hum, hum, criávamos cabos de redes, configurávamos uma rede, é ... desenvolvíamos programas e realizávamos pesquisas. Isso ajudou muito nas aulas.

Aluno J: Manutenção da rede da escola, manutenção dos computadores, descobertas novas, trocas de experiências, consertos de impressoras, no-breaks e ainda ajudávamos os professores na criação de aulas de PowerPoint.

Aluno K: Instalar e montar computadores, instalar redes e desenvolver pesquisa e outras atividades, e só foi possível com a prática, a teoria é importante, mas a prática também é. Muitas coisas que nós víamos no ... no ... na ... prática no setor de manutenção, horas depois os professores já estavam passando o assunto e isso, por termos vistos antes, já estávamos por dentro do assunto, já tínhamos a noção do assunto e isso ajudava bastante.



Foto 4 – Alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participaram da experiência no Setor de Manutenção de Computadores



Foto 5 – Aluno do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participou da experiência no Setor de Manutenção de Computadores



Foto 6 – Aluno do Curso Técnico em Informática do PROEJA da turma de 2008 que participou da experiência no Setor de Manutenção de Computadores

Vale ressaltar que essa experiência chamou a atenção dos demais alunos do curso, que passaram a solicitar ao professor responsável a mesma oportunidade que havia sido dada aos outros cinco alunos, e que foi sendo concedida aos poucos, em decorrência da pequena estrutura do Setor de Manutenção de Computadores.

Outro ponto a ser considerado nessa situação é a dificuldade encontrada pelos alunos para a realização dos estágios supervisionados (estágio curricular obrigatório), uma vez que, via de regra, os alunos do PROEJA são trabalhadores (ajudando de alguma forma na renda familiar) e não podem abandonar suas atividades profissionais para estagiar durante o dia. É sabido, ainda, que são raras as empresas que dispõem de atividades noturnas, além do fato de que são poucas as empresas na pequena e pobre cidade de Codó que podem oferecer estágios com computadores para alunos de informática.

Assim sendo, constata-se que o setor de manutenção de computadores do IFMA/Codó também pôde ser utilizado como uma oportunidade de realização do estágio supervisionado, neste caso o estágio realizado no próprio ambiente escolar.

Segundo a lei dos estágios, Lei nº 11.788/2008, no seu Art. 9º, os concedentes de estágios podem ser

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional. (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais, tendo sido instituídos pela Lei nº 11.892/2008, “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Art. 1º parágrafo único).

De acordo com o Art. 6º da lei dos estágios, as instituições de ensino são os órgãos responsáveis pela organização dos estágios: o “local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração” (BRASIL, 2008).

Desta forma, do ponto de vista legal, o IFMA/Codó pode ser um órgão tanto organizador quanto cedente de estágios, o que constitui uma vantagem para os alunos do curso técnico em informática do PROEJA, tanto para aqueles que trabalham quanto para aqueles residentes na escola, que não precisariam sair do *campus* da escola.

É relevante destacar que a referida lei dos estágios em seu Art. 10º § 1º determina que o “estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.” (BRASIL, 2008)

Sendo assim, a experiência vivenciada pelos alunos do curso técnico em informática do PROEJA no setor de manutenção de computadores pôde ser considerada um estágio realizado no próprio ambiente escolar, durante o tempo de formação dos alunos, em períodos diferentes do horário das aulas, que, além de proporcionar a articulação entre a teoria e a prática, potencializando o aprendizado do aluno, proporcionou-lhes uma formação mais integral, por ser supervisionado por um docente da própria escola.

Como mostramos, essa experiência contribuiu para a elevação da auto-estima dos alunos, e para seu melhor desempenho escolar, concorrendo, em última análise, para evitar a evasão.

Embora descrita de forma sucinta, a experiência realizada no setor de manutenção de computadores com os alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA nos levou a pensar em uma alteração na grade curricular do curso, de modo que se pudesse atender de forma mais equânime a formação geral e a formação profissional, tendo em vista que muitos dos conteúdos da parte específica da formação poderiam ser vistos já nos primeiros períodos do curso.

Tendo assumido a impossibilidade de se elaborar um projeto de educação politécnica no Curso Técnico de Informática do PROEJA, e mesmo de uma formação integrada (do ensino médio integrado ao ensino técnico), de acordo com as reflexões feitas na fundamentação teórica desta dissertação, tomamos a iniciativa de propor um novo desenho curricular baseado nas experiências e nas expectativas (portanto, na motivação) que os jovens e os adultos trazem para o espaço escolar.

Maria Ciavatta e Sonia Rummert (2010), em um texto em que tratam da especificidade da educação de jovens e adultos e suas implicações curriculares, lembram que uma proposta curricular não pode ser elaborada à revelia dos sujeitos envolvidos no processo citando Edward Thompson:

O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais

radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo, podendo até mesmo *revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo*. (Thompson, 2012, p.13, *apud* Ciavatta e Rummert, 2010, p.466, grifo das autoras)

4 CAPÍTULO IV

UMA PROPOSTA DE GRADE CURRICULAR PARA O CURSO TÉCNICO EM INFORMATICA DO PROEJA

Seguindo a orientação de Shiroma e Lima Filho (2011), estamos empenhados em responder às reais necessidades dos alunos do PROEJA, para garantir a permanência e a conclusão com qualidade do curso (p. 738).

Neste intuito, concordamos com Acácia Kuenzer, citada por Shiroma e Lima Filho (2011), para quem a reformulação curricular no PROEJA deve ser realizada para alunos enquanto “sujeitos que detêm conhecimentos oriundos do trabalho, como intervenção no mundo, e que são capazes de se apropriarem do conhecimento científico e criarem, através do exercício do pensamento crítico, condições de autonomia intelectual e ética” (Kuenzer, 2005 *apud* Shiroma e Lima Filho, 2011, p. 738)

Portanto, neste capítulo, estaremos propondo uma reorganização curricular do Curso Técnico em Informática do PROEJA para possibilitar o desenvolvimento de atividades teórico-práticas desde seu primeiro período.

Iremos mostrar, primeiramente, que a forma como estão organizadas as disciplinas na grade curricular atual supervaloriza a formação geral, o que tem causado desmotivação e insatisfação por parte dos estudantes, como já relatado no capítulo III.

No atual desenho curricular atual, 90% (noventa por cento) das disciplinas ministradas no primeiro semestre do curso são do ensino médio (formação geral) e 10% (dez por cento) são do ensino técnico (formação específica). No segundo semestre 80% das disciplinas são do ensino médio e 20% das disciplinas do ensino técnico. Isso significa que, passado um ano de curso, de um total de dois anos e meio, são ministradas, ao todo, 20 (vinte) disciplinas, das quais 17 (dezessete) são do ensino médio e apenas 03 (três) do ensino técnico. Ainda no terceiro semestre 78% (setenta e oito por cento) das disciplinas ministradas são do ensino médio e 22% (vinte e dois por cento) são do ensino técnico, o que significa que das 29 (vinte e nove) disciplinas ministradas ao final de um ano e meio de curso, 24 (vinte e quatro) são do ensino médio e apenas 05 (cinco) do ensino técnico.

Na tabela e no gráfico abaixo podemos observar como estão dispostas as disciplinas ofertadas em cada período (semestre) letivo, tanto as do ensino médio quanto as do ensino técnico.

Tabela 03 – Distribuição de Disciplinas de acordo com o Desenho Curricular atual do Curso Técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó

	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
Disciplinas	Artes	Língua Estrangeira Espanhol	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Sociologia
	Língua Estrangeira Inglês	Língua Portuguesa	Matemática	Matemática	Desenvolvimento Profissional
	Língua Portuguesa	Matemática	Biologia	Filosofia	Legislação em Informática
	Matemática	Biologia	Física	História	Tópicos especiais em Informática
	Biologia	Física	Química	Arquitetura de Computadores	Aplicativos de Sistemas Operacionais
	Física	Química	Geografia	Estrutura de Dados	Gestão Empresarial
	Química	Geografia	História	Sistemas Operacionais	Redes de Computadores (projetos)
	Geografia	História	Análise e Projetos de Sistemas	Tecnologia e Linguagem para Banco de Dados	Segurança em Redes
	História	Lógica e Linguagem de Programação	Instalação e Manutenção de Computadores		
	Introdução a Informática	Programação para Web			
Nº de disciplinas do ensino Médio	09	08	07	04	01
Nº de disciplinas do ensino Técnico	01	02	02	04	07
Total	10	10	09	08	08

Fonte: Coordenadoria Geral de Ensino do IFMA/Codó. abr/2008 e jun/2010 – Tabela adaptada pelo autor para essa dissertação, em que as disciplinas do ensino técnico estão na cor azul.

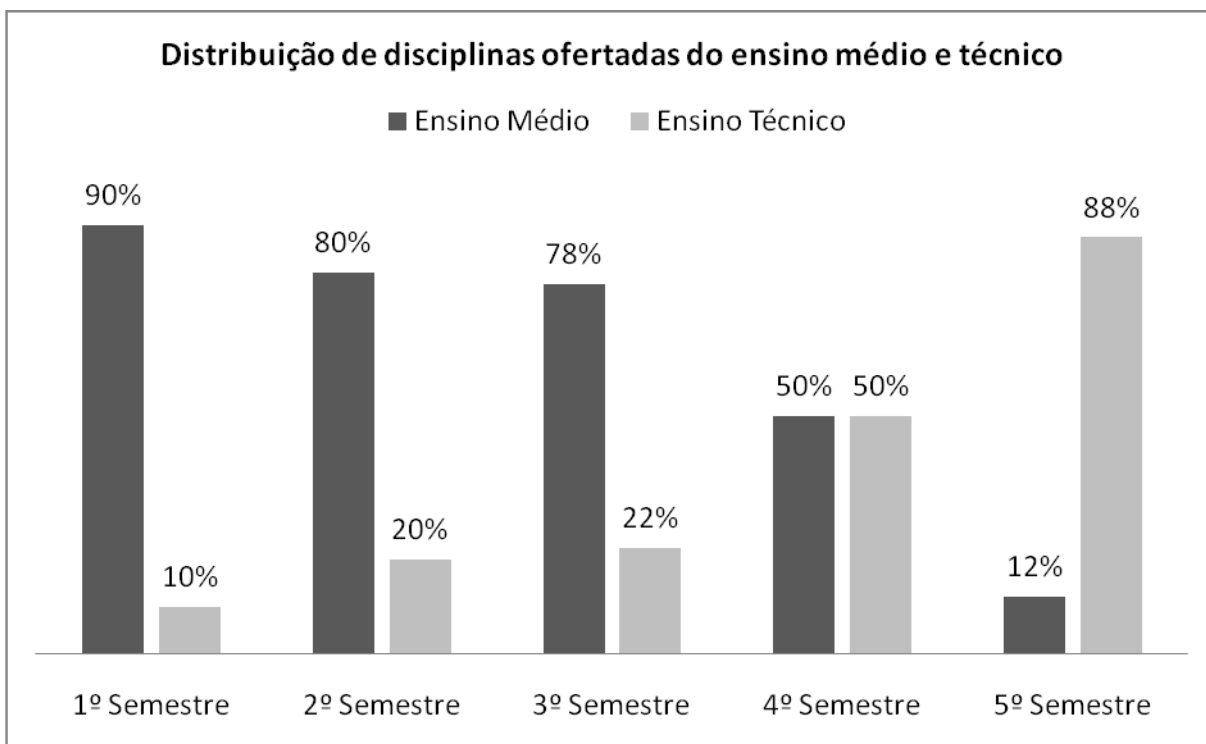


Figura 2 – Gráfico representativo da distribuição de disciplinas ofertadas do ensino médio e técnico do Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó correspondente a tabela 3 acima.

No propósito de realizar uma articulação teoria e prática no processo de ensino aprendizagem do curso técnico em Informática do IFMA/Codó, reorganizamos o desenho curricular para serem acrescidas atividades teórico-práticas em todos os semestres do curso, que se constituíram, ainda, em um mecanismo de superação do estágio curricular supervisionado tradicional, respeitando-se a Lei dos estágios, Lei nº 11.788/2008.

A atividade foi denominada de atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado, podendo ser oferecida no decorrer da semana em turno diferente do turno de funcionamento do curso, ou nos finais de semana para os alunos que trabalham durante toda a semana.

Para fazer cumprir as 180h (cento e oitenta horas) de estágio, essas atividades foram distribuídas ao longo de todos os semestres do curso, na proporção de 30h (trinta horas) em cada semestre, o que corresponde a 02 (duas) aulas semanais. Acrescente-se, ainda, que essas atividades foram planejadas para serem realizadas no setor de manutenção de computadores do IFMA/Codó, em virtude do sucesso da experiência que lá foi realizada anteriormente, conforme relatado no capítulo III. Assim, os alunos compartilharão o espaço com os técnicos em informática que trabalham naquele setor, e com os colegas de turma, sob a orientação do professor de informática do IFMA/Codó, responsável pela realização dessa atividade teórico-prática.

No desenho curricular proposto as disciplinas ficarão dispostas de forma que, no primeiro semestre do curso, 50% (cinquenta por cento) das disciplinas ministradas sejam do ensino médio, 50% (cinquenta por cento) sejam do ensino técnico, e que 30 h (trinta horas) sejam destinadas às atividades teórico-práticas da parte específica da formação (qual seja: do Curso Técnico de Informática). No segundo semestre está previsto que 57% (cinquenta e sete por cento) das disciplinas sejam do ensino médio e 43% (quarenta e três por cento) sejam do ensino técnico, com 30 h (trinta horas) destinadas às atividades teórico-práticas da parte específica da formação. Dessa maneira, passado um ano de curso, de um total de três anos, serão ministradas um total de 15 (quinze) disciplinas, sendo que 08 (oito) do ensino médio e

07 (sete) do ensino técnico, preservando-se atividades teórico-práticas do Curso Técnico de Informática.

Nesta reorganização curricular, as disciplinas de formação geral (do Ensino Médio) foram dispostas, nos períodos (semestres) letivos, compondo com as disciplinas da formação específica (Técnico em Informática), para que houvesse uma distribuição mais equânime, e na intenção (futura) de se obter uma maior integração entre elas, entendendo-se a integração neste contexto como interdisciplinaridade¹³. A reorganização curricular teve como propósito, ainda, proporcionar atividades teórico-práticas para o aluno desde o início de sua vida escolar.

A tabela e o gráfico abaixo apresentam a proposta de reorganização das disciplinas na grade curricular para o Curso Técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó.

¹³ A interdisciplinaridade a que nos referimos é a que Ivani Fazenda (2002) procura definir em seu livro **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. Em uma primeira aproximação do conceito, diz a autora: “Interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão.” (Fazenda, 2002, p. 11)

Tabela 04 – Proposta de distribuição de disciplinas nos períodos letivos para o Curso Técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó

	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Disciplinas	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Artes	Filosofia/ Sociologia
	Língua Estrangeira Inglês (Ens.Médio)	Língua Estrangeira Inglês (Instrumental)	Geografia I	Geografia II	Geografia III	Biologia II
	Matemática I	Matemática II	Matemática III	Matemática IV	Biologia I	Química III
	Física I	Física II	Física III	Química I	Química II	História II
	Introdução a Informática	Instalação e Manutenção de Computadores II	Desenvolvimento Profissional I	Análise e Projetos de Sistemas	História I	Tópicos especiais em Informática
	Lógica e Linguagem de Programação I	Lógica e Linguagem de Programação II	Redes de Computadores (projetos)	Programação para Web	Legislação e ética em Informática	Gestão Empresarial
	Instalação e Manutenção de Computadores I	Aplicativos de Sistemas Operacionais II	Sistemas Operacionais	Arquitetura de Computadores	Tecnologia e Linguagem para Banco de Dados	Segurança em Redes
	Aplicativos de Sistemas Operacionais I	*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado II	*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado III	*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado IV	Estrutura de Dados	Desenvolvimento Profissional II
	*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado I				*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado V	*Atividade teórico-prática do Estágio Supervisionado VI
Nº de disciplinas do ensino Médio	04	04	04	04	05	04
Nº de disciplinas do ensino Técnico	04	03	03	03	03	04
Total	08	07	07	07	08	08

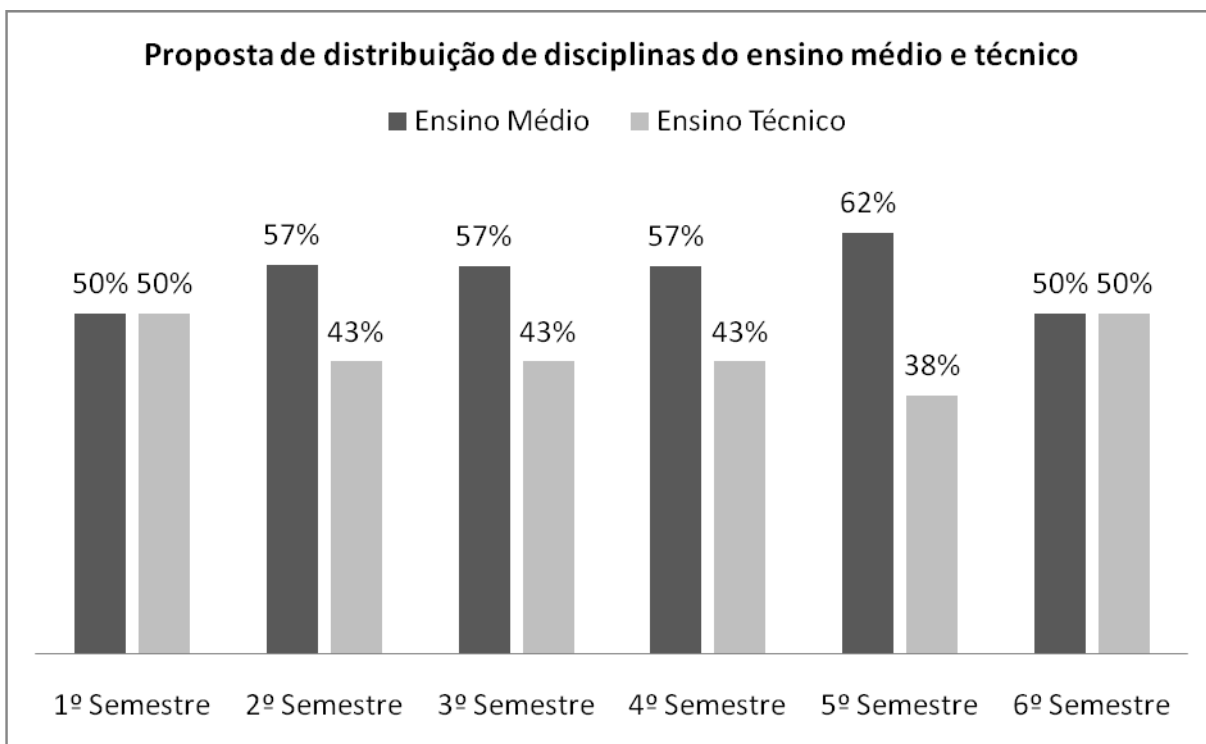


Figura 3 – Gráfico representativo da proposta de distribuição de disciplinas do ensino médio e técnico para o Curso Técnico em Informática do IFMA/Codó correspondente a tabela 4 acima.

Ressaltamos que, ao reorganizarmos o desenho curricular, observamos as exigências da legislação vigente quanto às cargas horárias do ensino médio e técnico: carga horária do ensino médio mantida em 1200h (mil e duzentas horas); do ensino técnico mantida em 1020h (mil e vinte horas); e carga horária do estágio curricular supervisionado mantida em 180h, totalizando uma carga horária total de 2400h, como determina a legislação (Art. 4º do Decreto nº 5840/2006, que reproduzimos abaixo; e o Anexo à Resolução do Conselho Nacional de Educação da Câmara da Educação Básica (CNE/CEB) nº 04/99):

Art. 4º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e
- III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2006)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - CAMPUS CODÓ

PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR - TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS																	
1º Semestre	h	a/s	2º semestre	h	a/s	3º semestre	h	a/s	4º Semestre	h	a/s	5º Semestre	h	a/s	6º semestre	h	a/s
Língua Portuguesa	60	4	Língua Portuguesa	60	4	Língua Portuguesa	60	4	Língua Portuguesa	60	4	Artes	30	2	Filosofia/Sociologia	40	3
Língua Estrangeira Inglês (Instrumental)	40	3	Língua Estrangeira Inglês (Médio)	40	3	Geografia I	30	2	Geografia II	30	2	Geografia III	30	2			
Matemática I	60	4	Matemática II	60	4	Matemática III	60	4	Matemática IV	60	4	Biologia I	60	4	Biologia II	60	4
Física I	40	3	Física II	40	3	Física III	40	3	Química I	40	3	Química II	40	3	Química III	40	3
Introdução a Informática	60	4	Instalação e Manut. de Computadores II	60	4	Desenvolvimento Profissional I	30	2	Análise e Projetos de Sistemas	60	4	História I	60	4	História II	60	4
Lógica e Linguagem de Programação I	45	3	Lógica e Linguagem de	45	3	Redes de Computadores	90	6	Programação Web	60	4	Legislação e ética em Informática	30	2	Tópicos especiais em informática	30	2
Instalação e Manut. de Computadores I	30	2	Aplicativos de Sistemas Operacionais II	60	4	Sistemas Operacionais	60	4	Arquitetura de computadores	60	4	Tecnologia e Linguagem de Banco de Dados	60	4	Gestão Empresarial	60	3
Aplicativos de Sistemas Operacionais I	30	2									Estrutura de Dados	60	4	Segurança em Redes	60	3	
														Desenvolvimento Profissional II	30	2	
AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado I	30	2	AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado II	30	2	AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado III	30	2	AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado IV	30	2	AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado V	30	2	AtividadeTeorico-Prática do Estágio Supervisionado VI	30	2
TOTAL S/ ESTÁGIO	365	25		365	25		370	25		370	25		370	25		380	24
TOTAL C/ ESTÁGIO	395	27		395	27		400	27		400	27		400	27		410	26

CARGA HORÁRIA TOTAL DO ENSINO MÉDIO 1200 h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO ENSINO TÉCNICO 1020 h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO ESTAG. SUPERVISÓRIO 180 h
CARGA HORÁRIA TOTAL 2400 h

DIAS LETIVOS: 200 **HORA- AULA** 45 min
DIAS SEMAIS 5 **CARGA HORÁRIA** 500 Aulas/Semestre
TURNOS: NOTURNO

Figura 4 - Proposta de desenho curricular para o Curso técnico em Informática do PROEJA do IFMA/Codó. Jun/20011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão *Campus Codó* trouxe muitos desafios, dentre os quais o mais importante foi o de se conceber um currículo escolar integrado, tendo em vista a diversidade de interpretações sobre o que seja a integração, e a falta de formação e de tempo para os docentes se encontrarem e discuti-la, agravado pelo fato de o curso ser destinado a um segmento da população que, via de regra, já traz consigo uma experiência escolar negativa.

Em face desta situação sócio-cultural dos alunos, este estudo destacou a necessidade de os alunos da EJA deverem ser particularmente estimulados, uma vez que chegam à escola com uma baixa auto-estima, e ao mesmo tempo com uma grande expectativa que não pode e não deve ser frustrada.

No caso específico dos alunos do Curso Técnico de Informática do PROEJA, o curso significa uma solução para as suas dificuldades sociais e profissionais. Por isso, quando entram no curso, demonstram-se ansiosos por aulas práticas, ainda que nós, professores, devamos considerar que uma formação geral fornecida por uma base teórica seja necessária para que a formação específica possa ser bem sucedida.

No entanto, mesmo que avaliemos que os estudantes do Curso Técnico de Informática do PROEJA tenham uma visão pragmática, que se expressa no desejo de aprender imediatamente a usar o computador, nós, professores, podemos nos valer dessa motivação inicial dos alunos como uma oportunidade para ensinar novos conteúdos, em um contexto em que atividades teórico-práticas possam ressignificar as experiências que os alunos têm sobre o conhecimento escolar. Desse modo, acreditamos poder garantir a permanência e a continuidade dos estudos deste segmento de alunos.

Assim, o desenho curricular proposto possibilita a realização de atividades teóricas-práticas onde os alunos podem aprender tanto com as experiências do dia-a-dia de um técnico em informática quanto com os conteúdos teóricos vistos em sala de aula do ensino técnico articulados naquelas experiências, pretendendo-se alcançar, desse modo, minimamente (minimamente porque em relação apenas à parte específica da formação) a tão desejada integração do conhecimento.

No entanto, cabe lembrar que o estudo também mostrou que os aspectos de infraestrutura da escola são um fator limitante até mesmo para a situação atual, com a grade curricular que vigora no momento. Como dado complementar, informamos que o diretor geral e a equipe técnica pedagógica do IFMA/Codó, sensibilizados por nossos apelos, garantiram a ampliação do espaço setor de manutenção de computadores para o desenvolvimento de atividades teórico-práticas e a criação de dois novos laboratórios de informática, dentre eles um de *hardware* (que já se encontra em construção neste ano de 2011).

Em resumo, por meio deste estudo, cremos ser possível contribuir para a manutenção do compromisso da escola pública com a sociedade de quem ela é tributária, ao propormos um realinhamento de suas ações em benefício da formação dos alunos do PROEJA do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão *Campus Codó*.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. **Cadernos de História da Educação (UFU)**, v. 1, p. 117-131, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale et al. Coord. tradução João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: D.O.U. de 22/12/1996.

_____. Decreto-Lei nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: D.O.U. de 18/04/1997.

_____. MEC /SETEC. Resolução CNE/CEB nº 04/99, de 08 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 22/12/1999.

_____. MEC. Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. BRASILIA-DF, 2000, 33p.

_____. Decreto-Lei nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 26/07/2004.

_____. MEC /SETEC. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: D.O.U. de 24/06/2005.

_____. MEC /SETEC. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 14/07/2006.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 26/09/2008

_____. MEC/SETEC. Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio PROEJA. Documento Base. BRASILIA-DF, 2007, 71p.

_____. MEC/SETEC. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. BRASILIA-DF, 2007, 59p.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. de 30/12/2008.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CIAVATTA, Maria e RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRETI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, nº 109, março 2000, p.43-66.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 93p.

FRIGOTTO, Gaudencio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. FRIGOTTO, Gaudencio e CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006, 372p.

FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; SALES, Maria Rita N. (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida, *et alli*. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2 ed. Mato Grosso: Cortez, 2000, 248p.

LIMA FILHO, Domingos Leite. O Proeja em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 35, n.1, jan/abr 2010, p.109-127.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul.-set. 2011, p. 689-704.

NOBREGA, Carla Eugenia Fonseca da Silva Marques de. **O processo de seleção de alunos para o ensino agrícola como política de inclusão: uma análise da experiência do *Campus Vitória de Santo Antão* do Instituto Federal de Pernambuco**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação de Mestrado, UFRRJ.

OTRANTO, Célia Regina. **A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança**. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho3.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

PAIVA, Jane. **Direito à educação de jovens e adultos: concepções e sentidos**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 29ª Reunião Anual, 2006. Trabalhos. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2553--Int.pdf>

PEREIRA, Otaviano. **O que é Teoria**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1982, 90p.

RAMOS, Marise. A reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos. FRIGOTTO, Gaudencio e CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006, 372p.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da Educação de Jovens e Adultos como campo pedagógico. **Educação e Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

SANTOS, Antonio Sérgio Moreira. **A História da Escola Agrotécnica Federal de Codó/MA**. Codó: IFMA/Codó, 2008, 71p.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

SHIROMA, Eneida Oto e LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no Proeja. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul.-set. 2011, p. 725-743.

SIMIONATTO, Ivete. (2000). **Reforma do Estado ou modernização? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv150.htm>. Acesso em: 15 jan, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 176p.

ZEN, Eliesér Toretta. Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: o trabalho como princípio educativo e humanizador do ser humano. **Revista de Políticas Educacionais do SINASEFE**. Bento Gonçalves-RS, v.I, nº,1, 2010. p. 54-75.

7 APÊNDICE

**Apêndice A - Roteiro de entrevista aplicado aos alunos das turmas 2008, 2009 e 2010 do
Curso Técnico em Informática do PROEJA.**

Roteiro de Entrevista

Entrevista com alunos do PROEJA

Codó/MA, ____ de agosto de 2010.

Prezado(a) entrevistado(a);

Com o objetivo de (re)avaliar os nossos trabalhos e o Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó, criado em atendimento ao Decreto 5.840/2006 no que cerne a na rede federal de educação profissional, solicitamos sua valiosa colaboração, ao mesmo tempo em que queremos perguntar se você se sente a vontade para realizar essa entrevista.

1. Que espaços são realizados as aulas práticas do curso e com que frequência elas ocorrem?
2. Fale como os professores estão desenvolvendo suas aulas teóricas e as práticas?
3. As aulas em sua maioria são do tipo teóricas, práticas ou em mesma proporção?
4. Participou de algum projeto interdisciplinar?
5. Como os professores têm desenvolvido as aulas práticas?
6. Os professores da educação geral conseguem articular a teoria ensinada em sala de aula de sua disciplina com a área de formação técnica do curso e vice-versa? Ou ensinam suas disciplinas de forma isolada?
7. Considera o curso estimulante ou desestimulante?
8. Se houvesse a possibilidades dos alunos desenvolverem atividades práticas no Setor de Manutenção de Computadores e essas se tornassem mais uma oportunidade de realização de estágio supervisionado para os alunos do PROEJA sendo realizadas durante o curso. Você considera que melhoraria o curso e a auto-estima dos alunos?
9. Se houvesse a possibilidades dos alunos desenvolverem atividades práticas no Setor de Manutenção de Computadores e essas se tornassem mais uma oportunidade de realização de estágio supervisionado para os alunos do PROEJA sendo realizadas durante o curso. Você considera que melhoraria o curso e a auto-estima dos alunos?
10. Gostaria de acrescentar mais alguma contribuição.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Apêndice B - Roteiro de entrevista aplicado aos alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA que participaram da experiência no Setor de Manutenção de Computadores.

Roteiro de Entrevista

Entrevista com alunos do PROEJA participantes da experiência do SEMAN

Codó/MA, ____ de agosto de 2010

Prezado(a) entrevistado(a);

Com o objetivo de (re)avaliar os nossos trabalhos e o Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó, criado em atendimento ao Decreto 5.840/2006 no que cerne a na rede federal de educação profissional, solicitamos sua valiosa colaboração, ao mesmo tempo em que queremos perguntar se você se sente a vontade para realizar essa entrevista.

1. Você Participou com quatro outros colegas do curso de atividades práticas desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores da escola? O que isso representou para você?
2. Que atividades você realizava no Setor de Manutenção de Computadores?
3. Se houvesse a possibilidades das atividades praticas, desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores se tornarem uma oportunidade a mais de realização do estágio curricular supervisionado na sua concepção seria relevante?
4. Fale como os professores desenvolvem suas aulas?
5. Gostaria de acrescentar mais alguma contribuição?

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Apêndice C - Roteiro de entrevista aplicado aos Professores do Curso Técnico em Informática do PROEJA

Roteiro de Entrevista

Entrevista com Professores do PROEJA

Codó/MA, de setembro de 2010

Prezado (a) entrevistado (a);

Com o objetivo de (re)avaliar os nossos trabalhos e o Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó, criado em atendimento ao Decreto 5.840/2006 no que concerne a na rede federal de educação profissional, solicitamos sua valiosa colaboração, ao mesmo tempo em que queremos perguntar se você se sente a vontade para realizar essa entrevista.

1. Que dificuldades você tem enfrentado em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA?
2. Como os professores têm trabalhado com os alunos do PROEJA? Eles utilizam as experiências e vivências dos alunos, consideram as práticas dos alunos e sua visão de mundo como ponto de partida para as aulas, ou não?
3. Com relação à formação dos professores, o que é necessário para se trabalhar corretamente com o PROEJA?
4. Como você analisa a questão da recente implantação do PROEJA na Rede federal de ensino profissional? Deixou a desejar em algum aspecto?
5. Você tomou conhecimento que cinco alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA desenvolveram atividades práticas no Setor de Manutenção de Computadores da escola? Considera que as atividades desenvolvidas no setor de Manutenção de Computadores interferiram no processo de ensino-aprendizagem desses alunos?
6. Na sua concepção é relevante que as atividades práticas desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores para além de um espaço de articulação entre teoria e prática represente mais uma oportunidade de realização do estágio curricular supervisionado sendo que realizado em tempo escolar? ou não cumpre as exigências do estágio?

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Apêndice D - Roteiro de entrevista aplicado ao Coordenador Geral de Ensino do IFMA/Codó.

Roteiro de Entrevista

Entrevista com o Coordenador Geral de Ensino

Codó/MA, de outubro de 2010

Prezado (a) entrevistado (a);

Com o objetivo de (re) avaliar os nossos trabalhos e o Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó, criado em atendimento ao Decreto 5.840/2006 no que cerne a na rede federal de educação profissional, solicitamos sua valiosa colaboração, ao mesmo tempo em que queremos perguntar se você se sente a vontade para realizar essa entrevista.

1. Quais dificuldades são apontadas pelos professores do Curso Técnico em Informática, com relação ao ensino da EJA?
2. No que cerne a formação docente quais os desafios?
3. Os professores do PROEJA do curso técnico em Informática em suas práticas pedagógicas estão conseguindo desenvolver atividades com os alunos que relacionem teoria e prática de forma satisfatória?
4. Os professores da educação geral conseguem articular a teoria ensinada em sala de aula de sua disciplina com a área de formação técnica dos educandos e vice-versa ou suas práticas são fragmentadas?
5. Como você analisa a questão da recente implantação do PROEJA na Rede federal de ensino profissional? Deixou a desejar em algum aspecto?
6. Você tomou conhecimento que cinco alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA desenvolveram atividades práticas a convite do professor da área no Setor de Manutenção de Computadores da escola?
7. Na sua concepção é relevante que as atividades práticas desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores para além de um espaço de articulação entre teoria e prática represente mais uma oportunidade de realização do estágio curricular supervisionado sendo que realizado em tempo escolar? ou não cumpre as exigências do estágio?
8. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Apêndice E - Roteiro de entrevista aplicado ao Diretor Geral do IFMA/Codó.

Roteiro de Entrevista

Entrevista com o Diretor Geral

Codó/MA, de outubro de 2010

Prezado(a) entrevistado(a)

Com o objetivo de (re)avaliar os nossos trabalhos e o Curso Técnico em Informática do PROEJA no IFMA/Codó, criado em atendimento ao Decreto 5.840/2006 no que concerne a rede federal de educação profissional, solicitamos sua valiosa colaboração, ao mesmo tempo em que queremos perguntar se você se sente a vontade para realizar essa entrevista.

1. Quais dificuldades são apontadas pelos professores do Curso Técnico em Informática, com relação ao ensino da EJA?
2. No que cerne a formação docente quais os desafios?
3. Como os professores em suas práticas pedagógicas relacionam teoria e prática?
4. Os professores do PROEJA do curso técnico em Informática em suas práticas pedagógicas estão conseguindo desenvolver atividades com os alunos que relacionem teoria e prática de forma satisfatória?
5. Com relação ao currículo do curso Técnico em Informática do PROEJA, este contempla a teoria e prática de forma satisfatória, uma vez que o curso é integrado? Que limitações possuem esse currículo?
6. Você tomou conhecimento de que cinco alunos do Curso Técnico em Informática do PROEJA desenvolveram atividades práticas a convite do professor da área no Setor de Manutenção de Computadores da escola?
7. Tomou conhecimento de que esses alunos foram reconhecidos pelos outros alunos, professores e funcionários da escola como os melhores alunos do curso? Na sua concepção, as atividades desenvolvidas pelos alunos no SEMAN interferiram no processo de ensino-aprendizagem?
8. Sabe-se que o estágio curricular supervisionado para os alunos do PROEJA ainda é um desafio. Pois, muitos não irão dispor de tempo para estagiar, uma vez que a grande maioria trabalha. Na sua concepção, quais as possibilidades de atividades práticas desenvolvidas no Setor de Manutenção de Computadores representarem mais uma oportunidade de realização do estágio curricular supervisionado obrigatório para os alunos de EJA, ao mesmo tempo em que se cumpre o desenvolvimento do componente prático curricular?
9. Gostaria de acrescentar mais alguma contribuição?

Agradecemos sua valiosa colaboração.